

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024**

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	11
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	13
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	16
4	ASSUNTOS REGULATÓRIOS	35
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	37
7	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	38
8	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	40
9	PARTES RELACIONADAS	43
10	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	47
11	INTANGÍVEL	48
12	ATIVOS DE CONTRATO	49
13	FORNECEDORES	50
14	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	51
15	DEBÊNTURES	54
16	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS	56
17	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	58
18	VALORES A PAGAR DE ACORDO COM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	62
19	DIVIDENDOS A PAGAR	64
20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65
21	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	74
22	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	75
23	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	77
24	RESULTADO FINANCEIRO	78
25	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA)	79
26	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	85
27	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	99
28	COMPROMISSOS FUTUROS	100
29	EVENTOS SUBSEQUENTES	100

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Belém – PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 254.630 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'C. Santos Mota Filho', is written over a faint, stylized EY logo.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.318.174	342.099
Aplicações financeiras	6	2.295.368	949.132
Contas a receber de clientes	7	2.069.354	2.103.484
Almoxarifado		19.267	12.097
Serviços pedidos		161.927	161.798
Subvenção CCC		60.200	54.402
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	20.234
Depósitos vinculados	17	196	-
Impostos e contribuições a recuperar		223.039	114.263
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		191.411	178.231
Outros créditos a receber		499.572	368.209
Total do ativo circulante		6.838.508	4.303.949
Não circulante			
Aplicações financeiras	6	20.556	18.761
Contas a receber de clientes	7	243.931	224.615
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	26	349.930	20.444
Serviços pedidos		23.447	13.958
Impostos e contribuições a recuperar		336.240	262.112
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		91.054	123.530
Instrumentos financeiros derivativos	26.4	110.126	-
Depósitos vinculados	17	157.701	115.228
Benefício pós-emprego	25	9.872	8.265
Outros créditos a receber		1.586	2.204
Ativo financeiro da concessão	10	7.716.194	6.572.654
Investimentos		7.283	9.358
Intangível	11	1.464.478	1.651.853
Ativos de contrato	12	439.194	927.346
Direito de uso		14.799	19.042
Total do ativo não circulante		10.986.391	9.969.370
Total do ativo		17.824.899	14.273.319

Passivo	Notas	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	13	1.140.554	1.064.062
Fornecedores - risco sacado	13.1	129.586	154.323
Empréstimos e financiamentos	14	1.584.144	327.982
Debêntures	15	60.967	59.398
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	18	112.764	74.869
Instrumentos financeiros derivativos	26	51	650
Passivo de arrendamento		4.872	4.816
Impostos e contribuições a recolher		245.474	222.362
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		5.230	2.650
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		20.538	20.297
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	82.762	-
Contribuição de iluminação pública		51.781	49.666
Encargos setoriais		96.887	128.473
Participação nos lucros		38.764	37.384
Provisões para riscos judiciais	17	9.693	9.305
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		9.654	9.654
Dividendos a pagar	19	363.228	419.562
Benefício pós-emprego	25	1.546	1.336
Outras contas a pagar		436.738	338.310
Total do passivo circulante		4.395.233	2.925.099
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	2.260.019	3.148.356
Debêntures	15	3.770.276	1.346.515
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	18	1.023.836	1.005.699
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	129.131
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	186.559	78.871
Passivo de arrendamento		12.302	16.487
Impostos e contribuições a recolher		127.448	104.898
Encargos setoriais		52.109	17.116
Provisões para riscos judiciais	17	121.168	124.879
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1 e 16.2	744.776	619.427
Benefício pós-emprego	25	64.114	78.566
Outras contas a pagar		78.558	31.427
Total do passivo não circulante		8.441.165	6.701.372
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	1.624.459	1.624.459
Ajuste de avaliação patrimonial		(31.766)	(18.989)
Reserva de capital		34.092	33.995
Reserva de reavaliação	20.3	26.676	35.681
Reservas de lucros	20.2	3.335.040	2.971.702
Total do patrimônio líquido		4.988.501	4.646.848
Total do passivo e patrimônio líquido		17.824.899	14.273.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	21	10.861.897	10.378.384
Energia elétrica comprada para revenda	23	(4.118.927)	(3.627.368)
Custo de construção	22	(2.604.300)	(2.469.462)
Custo da operação	22	(681.536)	(772.655)
Custos de energia elétrica, construção e operação	22	(7.404.763)	(6.869.485)
Lucro bruto		3.457.134	3.508.899
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	(288.935)	(226.428)
Despesas gerais e administrativas	22	(227.622)	(135.218)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	22	(217.985)	(149.535)
Outras despesas operacionais, líquidas	22.1	(191.010)	(113.267)
Total de despesas operacionais		(925.552)	(624.448)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		2.531.582	2.884.451
Receitas financeiras	24	803.330	679.121
Despesas financeiras	24	(1.140.784)	(1.010.503)
Resultado financeiro, líquido		(337.454)	(331.382)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		2.194.128	2.553.069
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(86.123)	(104.459)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16	(131.931)	(222.799)
Impostos sobre o lucro		(218.054)	(327.258)
Lucro líquido do exercício		1.976.074	2.225.811
Lucro por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária		0,89453	1,00758
Ação preferencial nominal - A		0,89440	1,00738
Ação preferencial nominal - B		0,89462	1,00737
Ação preferencial nominal - C		0,89490	1,00749
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhares de ações)		2.209.074	2.204.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.976.074</u>	<u>2.225.811</u>
Outros resultados abrangentes			
Resultado abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		(12.777)	(6.376)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Realização da reserva de reavaliação	20.3	<u>(9.005)</u>	<u>(25.147)</u>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		<u>(21.782)</u>	<u>(31.523)</u>
Total resultados abrangentes		<u>1.954.292</u>	<u>2.194.288</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
					Legal	Incentivos fiscais	Reserva de Investimentos	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.624.459</u>	<u>28.343</u>	<u>60.828</u>	<u>(12.613)</u>	<u>209.724</u>	<u>929.711</u>	<u>-</u>	<u>49.622</u>	<u>-</u>	<u>2.890.074</u>
Valor justo das opções de compra - vesting period	-	5.652	-	-	-	-	-	-	-	5.652
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(25.147)	-	-	-	-	-	25.147	-
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(49.622)	-	(49.622)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.225.811	2.225.811
Resultado abrangente do exercício										
Resultados abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	-	-	-	(6.376)	-	-	-	-	-	(6.376)
Destinação do Lucro										
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	87.629	-	-	-	(87.629)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	473.230	-	-	(473.230)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	11.202	-	(11.202)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(416.238)	(416.238)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.453)	(2.453)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	1.260.206	(1.260.206)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.624.459</u>	<u>33.995</u>	<u>35.681</u>	<u>(18.989)</u>	<u>297.353</u>	<u>1.402.941</u>	<u>11.202</u>	<u>1.260.206</u>	<u>-</u>	<u>4.646.848</u>
Valor justo das opções de compra - vesting period	20.4.1	-	(1.040)	-	-	-	-	-	-	(1.040)
Valor justo das opções de compra <i>Matching shares</i> - vesting period	20.4.4	-	1.137	-	-	-	-	-	-	1.137
Realização da reserva de reavaliação	20.3	-	-	(9.005)	-	-	-	-	9.005	-
Dividendos adicionais de 2023 distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(1.260.206)	-	(1.260.206)
Resultado abrangente do exercício										
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	26.4	-	-	-	(37.706)	-	-	-	-	(37.706)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	16.2	-	-	-	12.820	-	-	-	-	12.820
Resultados abrangentes benefícios pós-emprego	-	-	-	-	18.347	-	-	-	-	18.347
Tributos diferidos sobre ganho atuarial de obrigações com benefícios pós-emprego	16.2	-	-	-	(6.238)	-	-	-	-	(6.238)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.976.074	1.976.074
Destinação do Lucro										
Reserva legal	-	-	-	-	29.513	-	-	-	(29.513)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	500.420	-	-	(500.420)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19	-	-	-	-	-	-	-	(361.535)	(361.535)
Dividendos adicionais propostos	20.2.d	-	-	-	-	-	-	1.093.583	(1.093.583)	-
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	28	-	(28)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>1.624.459</u>	<u>34.092</u>	<u>26.676</u>	<u>(31.766)</u>	<u>326.866</u>	<u>1.903.361</u>	<u>11.230</u>	<u>1.093.583</u>	<u>-</u>	<u>4.988.501</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.976.074	2.225.811
Ajustes para:		
Amortização	424.900	439.073
Baixa de intangível e ativo financeiro	20.392	40.120
Atualização do ativo financeiro	(303.916)	(377.407)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	809.607	429.875
Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	217.985	146.727
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.580)	2.808
Baixa de recebíveis incobráveis	85.556	31.652
Provisão e atualização de processos judiciais	24.651	18.187
Provisão e atualização de encargos setoriais	79.803	79.443
Reversão para perdas de estoques	(6.009)	(77.152)
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	(212.183)	202.137
Valor justo das opções de compra	652	12.099
Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros	188.713	(285.464)
Rendimentos de aplicações financeiras	(224.957)	(193.553)
Imposto de renda e contribuição social correntes	86.123	104.459
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	131.931	222.799
Participação nos lucros	35.720	27.291
Plano de aposentadoria e pensão	8.419	8.306
Encargos com geração distribuída	2.882	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	(12.711)
Ajuste a valor presente	7.371	(20.109)
	3.352.134	3.024.391
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(277.695)	(434.439)
Serviços pedidos	12.006	21.883
Depósitos judiciais	(17.013)	(14.256)
Subvenção CCC	(5.798)	18.480
Almoxarifado	(7.170)	58.922
Impostos e contribuições a recuperar	(92.363)	(127.980)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	19.296	(110.639)
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	(92.666)	64.676
Outros créditos a receber	(134.303)	(43.334)
Fornecedores	(70.217)	(27.909)
Fornecedores risco sacado	(24.737)	55.554
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(91.084)	74.589
Impostos e contribuições a recolher	(70.535)	54.918
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	93.140	(131.546)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	35.241	16.107
Contribuição de iluminação pública	2.115	12.510
Participação nos lucros	(34.340)	(33.058)
Encargos setoriais	(98.020)	(64.658)
Pagamento de processos judiciais	(27.974)	(22.478)
Plano de aposentadoria e pensão	(5.921)	(4.415)
Outras contas a pagar	136.403	49.230
Caixa utilizado nas das atividades operacionais	(751.635)	(587.843)
Rendimentos de aplicações financeiras	224.957	193.553
Imposto de renda e contribuição social pagos	(176.683)	(40.027)
Juros pagos	(415.469)	(527.100)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.233.304	2.062.974
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(2.310.545)	(2.247.331)
Adições de obrigações especiais	1.765.295	816.681
Resgate (aplicações) financeiras	(1.348.031)	507.252
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.893.281)	(923.398)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(327.455)	(542.942)
Captação de empréstimos e financiamentos	299.779	-
Amortização de debêntures	(39.132)	(180.079)
Captação de debêntures	2.415.692	-
Recebimento de instrumentos financeiro derivativos	-	61.229
Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial	(29.742)	(27.360)
Amortização do passivo de arrendamento	(5.015)	(3.184)
Dividendos pagos	(1.678.075)	(325.969)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	636.052	(1.018.305)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	976.075	121.271
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	342.099	220.828
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.318.174	342.099
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	976.075	121.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	11.698.471	10.853.198
Receitas de construção	2.604.300	2.469.462
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(217.985)	(149.535)
Outras receitas	5.988	15.795
	<u>14.090.774</u>	<u>13.188.920</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(6.723.227)	(6.096.830)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(549.911)	(524.581)
Subvenção CCC	(58.327)	9.384
Outras despesas	(210.387)	(142.488)
	<u>(7.541.852)</u>	<u>(6.754.515)</u>
Valor adicionado bruto	<u>6.548.922</u>	<u>6.434.405</u>
Amortização	<u>(424.900)</u>	<u>(439.073)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>6.124.022</u>	<u>5.995.332</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	827.020	700.657
	<u>827.020</u>	<u>700.657</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>6.951.042</u>	<u>6.695.989</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	113.202	121.253
Benefícios	30.116	31.791
FGTS	11.772	9.946
	<u>155.090</u>	<u>162.990</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.730.307	1.757.806
Estaduais	1.940.146	1.529.778
Municipais	1.536	1.712
	<u>3.671.989</u>	<u>3.289.296</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	873.137	810.897
Aluguéis	7.105	7.389
Encargos com partes relacionadas	6.700	6.738
Outros despesas financeiras	260.947	192.868
	<u>1.147.889</u>	<u>1.017.892</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.446.113	1.653.750
Lucros retidos	529.961	572.061
	<u>1.976.074</u>	<u>2.225.811</u>
Valor adicionado	<u>6.951.042</u>	<u>6.695.989</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Pará”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. tendo por final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.245.871 km² (*), atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 3.064.204^(*) consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998 (Contrato de Concessão), assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 27 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

1.2 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em licitação na modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, 23 usinas Termelétricas – UTE passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que desde fevereiro de 2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998.

Os prazos previstos deste contrato eram, em sua maioria, de 5 anos, prorrogáveis por mais 12 meses. Entretanto, dado os prazos de interconexão ao SIN previstos nas Resoluções Autorizativas Aneel Nº 9.536/2020 e 10.986/2021, foi permitido, via despacho Aneel Nº 3.641/2020, aditamento do contrato por mais 2 anos.

O processo do leilão 02-2016 tornou o Consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo à Companhia a distribuição de energia elétrica nos municípios supramencionados e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 1.016/2022.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Geração distribuída	4.5	Crédito a restituir ao consumidor ao saldo injetado e não consumido pelo preço médio de compra de energia.
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	7.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	8	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	10	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	11	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	12	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	16.1	Julgamento para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
Provisão para riscos judiciais	17	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Transações de pagamentos baseados em ações	20.4	Probabilidade de exercício de opções.
Receita operacional líquida	21	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefício pós-emprego	25	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Instrumentos financeiros e valor justo de instrumentos financeiros derivativos	26	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2.4.2 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 26.3 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.19 – Principais mudanças nas políticas contábeis.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.1 Receita operacional

3.1.1 Reconhecimento de receita operacional

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados.

A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir:

(i) Receita de distribuição

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

(ii) Receita pela disponibilidade – uso da rede elétrica

A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL.

(iii) Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia.

(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizáveis

A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.3. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.3 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente – outorgante) e a Companhia (cessionária – operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e a melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de Valor Novo de Reposição (VNR), Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a revisão e atualidade do serviço concedido.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

3.4 Ativos intangíveis

3.4.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

3.4.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.4.3 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.5 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.6 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 2º (IFRS 23) (Custo de Empréstimos). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.7 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétrica, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial.

Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência.

3.8 Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício, objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

(a) Benefícios fiscais

Em 28 de dezembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 180/2018, que outorga à Equatorial Pará o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Benefícios para reinvestimentos

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.212/2002, que estejam em operação na área da SUDAM, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou recondicionados.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.9.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.10 Benefícios a empregados

3.10.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Essa abordagem reflete a prudência contábil, garantindo que os ativos sejam reconhecidos quando há uma expectativa de benefício econômico futuro.

3.10.3 Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pela Companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

3.10.4 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. (controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações a executivos alocados na Companhia.

A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos).

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado.

3.11 Capital social

3.11.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.11.2 Ações preferenciais não resgatáveis

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.12 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com a norma ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, que determina que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.13 Instrumentos financeiros

3.13.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.13.2 Classificação e mensuração subsequentes

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(e) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.13.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.13.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Conforme CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 26.5.c – Risco de mercado.

3.14 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.14.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial;
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 26.5.g – Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) para maiores detalhes.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

3.14.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que Companhia já reconhece estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.14.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas

A Companhia adota a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada aging list, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados, conforme nota explicativa nº 26.5 a - Risco de crédito. Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação.

Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos, baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.14.3 Ativos não financeiros

A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia concluiu que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente.

3.15 Ajuste a valor presente (AVP)

3.15.1 Parcelamentos de contas a receber

A Companhia utiliza 11,26%, como taxa de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente.

3.15.2 Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.16 Provisão para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.17 Demonstração de valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.18 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

3.19 Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3.19.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

3.19.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Assuntos regulatórios

4.1 Bandeiras tarifárias

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuada nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então.

Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023 e 2024.

	Cor da bandeira	
	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

4.2 Sobrecontratação de energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSO) de Energia Existente e Energia Nova, conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus Contratos de Compra de Energia do Ambiente Regulado (CCEARs).

A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 103,53% em 31 de dezembro de 2024 (99,35% em 31 de dezembro de 2023). A sobrecontratação acima de 105,00% pode gerar perda financeira. Com a sobrecontratação involuntária, a cobertura contratual ficou abaixo de 105%, portanto dentro do nível regulatório.

4.3 Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2024

O reajuste e as revisões são mecanismos pelos quais as tarifas de energia elétrica podem ser alteradas. Estão previstos nos contratos de concessão e permitem a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias, conforme Lei 8987/1995.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. O reajuste acontece anualmente, na data de “aniversário” do contrato de concessão

Nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, as Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. No ano de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) no processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes do Despacho ANEEL nº 2.335, de 13 de agosto de 2024, foram reajustadas, em média, (3,23%), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

4.4 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.514/2022 (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

De 01/01/2024 até 31/12/2025						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

- Conta de desenvolvimento energético (CDE);
- Encargo de serviços do sistema (ESS); e
- Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE).

A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resultado. Nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

4.5 Marco Legal - Geração Distribuída

A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução abrange, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29 de dezembro de 2022, definiu os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE). Esses percentuais são utilizados para estabelecer a tarifa de aplicação no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia possui em sua carteira de clientes unidades consumidoras classificadas como MMGD. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo no qual a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com MMGD é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou de outras unidades consumidoras

Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor acumula um excedente de energia, que é registrado como um crédito a ser compensado em futuras faturas. Esse crédito é considerado um passivo a restituir ao consumidor, calculado com base no saldo injetado e não consumido multiplicado pelo preço médio de compra de energia da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	71.119	45.945
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	128.433	51.478
Operações compromissadas	1.053.179	107.784
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	32.560	725
Certificado de Depósito Bancário – CDB	32.883	23.398
Fundo de investimento aberto (b)	-	112.769
Subtotal de equivalentes de caixa	1.247.055	296.154
Total (c)	1.318.174	342.099

- (a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa;
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas e títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (c) Aumento deve-se, principalmente, às captações de empréstimos e debêntures conforme notas explicativas 14.3 e 15.2, respectivamente.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 97,30% do CDI (91,70% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6 Aplicações financeiras

	2024	2023
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimento	1.065.141	285.656
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	56.604	65.582
Títulos públicos	66.144	13.421
Letra financeira	19.175	2.959
Recursos vinculados (c)	47.900	40.562
Fundo aberto	1.040.404	540.952
Total circulante	2.295.368	949.132
Não circulante		
Recursos vinculados (c)	20.556	18.761
Total não circulante	20.556	18.761
Total	2.315.924	967.893

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas;
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 13.1 – Fornecedores – Risco sacado; e
- (c) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do CDI, logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 98,56% do CDI (102,33% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7 Contas a receber de clientes

7.1 Composição dos saldos

	2024				2023			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	238.264	284.141	698.686	1.221.091	265.988	261.084	873.233	1.400.305
Industrial	66.549	7.971	30.578	105.098	69.996	11.128	85.145	166.269
Comercial (a)	122.689	35.446	93.993	252.128	138.042	39.232	170.808	348.082
Rural	26.235	43.402	189.843	259.480	27.418	32.390	183.622	243.430
Poder público	65.561	33.457	30.293	129.311	69.000	21.983	36.397	127.380
Iluminação pública	3.693	1.958	7.066	12.717	8.405	1.646	8.969	19.020
Serviço público	21.638	10.281	26.349	58.268	18.495	7.642	23.690	49.82
Contas a receber de consumidores faturados	544.629	416.656	1.076.808	2.038.093	597.344	375.105	1.381.864	2.354.313
Residencial	319.040	28.759	406.799	754.598	380.568	32.861	482.265	895.694
Industrial	10.541	1.119	14.386	26.046	10.263	1.370	32.391	44.024
Comercial	25.305	3.498	46.955	75.758	29.635	3.469	70.642	103.746
Rural	23.144	2.782	31.961	57.887	20.888	2.486	38.876	62.250
Poder público	57.132	2.522	9.024	68.678	66.184	2.457	6.874	75.515
Iluminação pública	13.710	234	630	14.574	12.938	187	596	13.721
Serviço público	116.598	617	4.549	121.764	48.756	1.369	3.768	53.893
Parcelamentos (b)	565.470	39.531	514.304	1.119.305	569.232	44.199	635.412	1.248.843
Contas a receber de consumidores não faturados (c)	254.630	-	-	254.630	280.524	-	-	280.524
Baixa renda (d)	81.694	-	-	81.694	80.570	-	-	80.570
Outras (e)	127.932	-	-	127.932	145.132	-	-	145.132
Subtotal	1.574.355	456.187	1.591.112	3.621.654	1.672.802	419.304	2.017.276	4.109.382
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(194.634)	(87.532)	(1.026.203)	(1.308.369)	(227.026)	(83.020)	(1.471.237)	(1.781.283)
Total contas a receber clientes	1.379.721	368.655	564.909	2.313.285	1.445.776	336.284	546.039	2.328.099
Circulante				2.069.354				2.103.484
Não circulante				243.931				224.615

- (a) A redução no exercício de 2024 ocorreu, principalmente, devido a negociação, realizada em dezembro de 2024, com a Companhia de Saneamento do Pará, no montante de aproximadamente R\$ 90.000.
- (b) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, no montante de R\$ 13.434 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 26.879 em 31 de dezembro de 2023), em contrapartida ao resultado financeiro;

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos, é após o período de encerramento contábil;
- (d) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (e) Corresponde aos saldos de juros moratórios, multas por auto religação, por inadimplências e atrasos.

7.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2023	Provisões /Reversões (b)	Baixas (c)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(1.012.422)	(153.498)	479.072	(686.848)
Parcelamentos	(699.174)	(60.126)	191.115	(568.185)
Contas a receber de consumidores não faturados	(15.092)	2.335	-	(12.757)
Outras (a)	(54.595)	(9.109)	23.125	(40.579)
Total	(1.781.283)	(220.398)	693.312	(1.308.369)

	2022	Provisões /Reversões	Baixas (c)	2023
Contas a receber de consumidores faturados	(940.074)	(92.707)	20.359	(1.012.422)
Parcelamentos	(624.326)	(80.445)	5.597	(699.174)
Contas a receber de consumidores não faturados	(18.017)	2.925	-	(15.092)
Outras (a)	(49.386)	(5.330)	121	(54.595)
Total (b)	(1.631.803)	(175.557)	26.077	(1.781.283)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000;
- (b) A movimentação líquida do exercício, gerou uma provisão no montante de R\$ 220.398, com impacto de provisão no resultado operacional e reversão no resultado financeiro de R\$ 221.978 e R\$ 1.580, respectivamente, conforme notas explicativas nº 22 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 24 – Resultado financeiro; e
- (c) Referente a baixa da PECLD títulos que foram efetivamente baixados do contas a receber.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	2024
Parcela A							
CDE – Conta de desenvolvimento energético (a)	19.589	(51.616)	2.677	2.770	-	-	(26.580)
PROINFA – Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(4.384)	285	2.337	(468)	-	-	(2.230)
Rede básica	75.148	(20.792)	(7.409)	6.668	-	-	53.615
Compra de energia CVA (b)	18.785	(5.812)	25.826	(12.967)	-	-	25.832
ESS – Encargos do serviço do sistema (c)	208.393	(115.041)	26.829	11.492	-	-	131.673
	<u>317.531</u>	<u>(192.976)</u>	<u>50.260</u>	<u>7.495</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>182.310</u>
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (d)	(22.313)	53.551	(55.403)	(1.867)	-	-	(26.032)
Neutralidade	(54.114)	18.494	(25.196)	(4.082)	-	-	(64.898)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (e)	(119.561)	(52.380)	19.661	(13.450)	-	-	(165.730)
Risco hidrológico (f)	(163.204)	188.258	(182.089)	(13.974)	-	-	(171.009)
Compensação créditos PIS/COFINS – nota explicativa nº 19 (g)	7.900	-	(13.381)	-	-	13.270	7.789
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (h)	(11.131)	31.398	(6.190)	(2.858)	(31.398)	-	(20.179)
Outros	(13.745)	1.790	4.900	(674)	(3.843)	-	(11.572)
	<u>(376.168)</u>	<u>241.111</u>	<u>(257.698)</u>	<u>(36.905)</u>	<u>(35.241)</u>	<u>13.270</u>	<u>(451.631)</u>
Total	<u>(58.637)</u>	<u>48.135</u>	<u>(207.438)</u>	<u>(29.410)</u>	<u>(35.241)</u>	<u>13.270</u>	<u>(269.321)</u>
Circulante							
Valores a receber	526.608						(82.762)
Valores a devolver	(506.374)						-
Efeito líquido ativo (passivo)	<u>20.234</u>						<u>(82.762)</u>
Não circulante							
Valores a receber	254.817						(186.559)
Valores a devolver	(333.688)						-
Efeito líquido ativo (passivo)	<u>(78.871)</u>						<u>(186.559)</u>
Efeito líquido total	<u>(58.637)</u>						<u>(269.321)</u>

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	2023
Parcela A							
CDE – Conta de desenvolvimento energético (a)	44.258	(8.014)	(20.771)	4.116	-	-	19.589
PROINFA – Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	14.848	(510)	(18.660)	(62)	-	-	(4.384)
Rede básica	63.490	(10.914)	14.127	8.445	-	-	75.148
Compra de energia CVA (b)	28.119	(106.303)	81.792	15.177	-	-	18.785
ESS – Encargos do serviço do sistema (c)	193.469	-60.010	47.098	27.836	-	-	208.393
	344.184	(185.751)	103.586	55.512			317.531
					-	-	
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (d)	(18.555)	(67.529)	63.478	293	-	-	(22.313)
Neutralidade	(29.085)	(21.522)	(1.038)	(2.469)	-	-	(54.114)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (e)	(100.515)	(50.013)	39.219	(8.252)	-	-	(119.561)
Risco hidrológico (f)	(168.726)	(21.695)	35.325	(8.108)	-	-	(163.204)
Compensação créditos PIS/COFINS – nota explicativa nº 19 (g)	-	-	228.407	-		(220.507)	7.900
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (h)	(75.680)	-	80.236	(620)	(15.067)	-	(11.131)
Outros	(59.110)	19.166	28.275	(1.036)	(1.040)	-	(13.745)
	(451.671)	(141.593)	473.902	(20.192)	(16.107)	(220.507)	(376.168)
Total	<u>(107.487)</u>	<u>(327.344)</u>	<u>577.488</u>	<u>35.320</u>	<u>(16.107)</u>	<u>(220.507)</u>	<u>(58.637)</u>
Circulante							
Valores a receber	490.905						526.608
Valores a devolver	(660.313)						(506.374)
Efeito líquido ativo (passivo)	(169.408)						20.234
Não circulante							
Valores a receber	358.453						254.817
Valores a devolver	(296.532)						(333.688)
Efeito líquido ativo (passivo)	61.921						(78.871)
Efeito líquido total	<u>(107.487)</u>						<u>(58.637)</u>

rsrsrsrsrsrsrsr

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição negativa da CVA de R\$ 16.578, devido a quitação do empréstimo CDE Covid e Escassez conforme o DSP nº 3.056/24 e pelo efeito negativo de R\$ 35.038 do processo tarifário, totalizando um movimento de constituição passiva de R\$ 51.616 e; (ii) o impacto da amortização positiva do período foi de R\$ 2.677, onde R\$ 33.529 refere-se ao efeito positivo do processo tarifário;
- (b) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa no exercício de R\$ 190.595, e constituições negativas referente aos custos com os contratos de Energia Leilão cuja realização foi menor do que em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva no exercício de R\$ 225.653, um efeito positivo do processo tarifário de R\$ 29.246, totalizam uma constituição negativa de R\$ 5.812; (ii) o impacto da amortização positiva no exercício foi de R\$ 25.826, sendo que R\$ 21.589 desse montante se refere ao efeito negativo do processo tarifário;
- (c) O ESS (Encargo de Serviço de Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi para cobrir as despesas com o ESS e o Encargo de Energia de Reserva, onde esse último tem se realizado acima da cobertura tarifária até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Nesse sentido a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição positiva de R\$ 44.262 que somados a um efeito negativo do processo tarifário de R\$ 159.303 totalizam uma constituição negativa total de R\$115.041. O impacto da amortização positiva no exercício foi de R\$ 26.829, sendo que R\$ 157.995 desse montante se referem ao efeito positivo do reajuste;
- (d) Em relação à movimentação de constituição de sobrecontratação de energia, R\$ 3.298 é referente ao resultado no Mercado de Curto Prazo (MCP), devido o preço PLD está em R\$ 211,15/MWh no exercício abaixo do preço médio de compra de R\$ 236,82/MWh, que somados a um efeito positivo do processo tarifário de R\$ 50.253 totalizam uma constituição positiva total de R\$ 53.551. O impacto da amortização negativa no exercício foi de R\$ 55.403, sendo que R\$ 50.606 desse montante se referem ao efeito negativo do processo tarifário;
- (e) Ao longo do exercício, identificou-se um aumento de R\$ 52.380 na rubrica de ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, refletindo a efetiva gestão de demanda e a alocação de consumo dentro dos parâmetros estipulados. A amortização positiva registrada em R\$ 19.661, corresponde aos custos efetivamente incorridos e reconhecidos no exercício em questão para atender à demanda e ao consumo além dos limites contratados. Essas movimentações são contabilizadas em conformidade com as diretrizes do PRORET e têm impacto direto no cálculo dos Reajustes Tarifários Periódicos.
- (f) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada, performando uma constituição positiva de R\$ 188.258 e uma amortização negativa de R\$ 182.089, onde R\$ 188.454 referem-se ao efeito negativo do processo tarifário;
- (g) O saldo de PIS/COFINS a compensar foi reconhecido pela ANEEL na última RTP. O impacto da amortização negativa no exercício foi de R\$ 13.381, sendo que R\$ 691 desse montante se refere ao efeito negativo do processo tarifário; e
- (h) A Companhia registrou a entrada de recursos no montante de R\$ 31.398, conforme Despacho Aneel nº 1.239 de 23 de abril de 2024, que fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético- CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 30 de abril de 2024. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. A Companhia contabilizou um impacto negativo de R\$ 6.190 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, resultante da amortização do componente financeiro associado a esses repasses, onde R\$ 30.556 referem-se ao efeito negativo do processo tarifário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 137.281 (R\$ 28.775 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 105.915 (R\$ 184 negativos em 31 de dezembro de 2023) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 31.366 (R\$ 28.959 em 31 de dezembro de 2023) recebido via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e é administrada pela CCEE.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as Companhias descritas abaixo:

		2024		2023	
		Efeito no resultado		Efeito no resultado	
		receita (despesa)		receita (despesa)	

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

		2024		2023	
Contas a receber de clientes	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	-	(585)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	-	(53)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE).	(e)	(1.909)	-	(3.810)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. (CEA)	(e)	-	-	(1.572)	-
Equatorial Telecomunicações Ltda.	(f)	(1.438)	(5.034)	(1.490)	(11.156)
Equatorial Serviços S.A.	(g)	(12.554)	(50.572)	(12.977)	(43.006)
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(h)	-	-	-	(7.655)
Instituto Equatorial	(i)	(200)	-	(4.247)	(4.247)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(j)	(146)	(1.608)	(193)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(j)	(130)	(1.580)	(175)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(j)	(190)	(2.318)	(268)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(j)	(456)	(4.141)	(457)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(j)	(104)	(1.708)	(213)	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(j)	(196)	(2.377)	(264)	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(j)	-	-	(3.355)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(j)	(1.980)	(25.205)	(2.319)	-
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(j)	-	-	(189)	-
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(d)	-	-	(1.018)	(1.018)
Total		(19.303)	(94.543)	(33.185)	(67.082)
Outras contas a pagar – passivo circulante					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(13.279)	(41.297)	(15.920)	(42.074)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(2.877)	(7.883)	(2.243)	(7.269)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(1.809)	(5.745)	(2.887)	(5.772)
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. (CEA)	(d)	(696)	(1.725)	(523)	(1.080)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE)	(d)	(3.047)	(6.377)	(3.080)	(8.276)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(7.422)	(11.199)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(d)	(22)	(35)	(59)	(16)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(d)	(33)	(72)	(66)	(52)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	(16)	(21)	(78)	(7)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(d)	(347)	(1.107)	(460)	(923)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(d)	(20)	(34)	(66)	(20)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(d)	(11)	(16)	(66)	(7)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	-	-	(88)	(46)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	(52)	(86)	(102)	(33)
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(d)	-	-	(146)	(133)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(k)	(6.776)	(24.153)	(7.789)	(27.753)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV)	(l)	-	(3.797)	-	-
Total		(36.407)	(103.547)	(33.573)	(93.461)

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

		2024		2023	
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial					
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(m)	(138.114)	(12.013)	(129.055)	(941)
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras	(n)	(597.608)	(52.442)	(545.166)	(50.261)
Total		(735.722)	(64.455)	(674.221)	(51.202)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Energia Distribuição S.A.		(348.878)	-	(403.678)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras		(3.578)	-	(4.152)	-
Outros (minoritários)		(10.772)	-	(11.732)	-
Total		(363.228)	-	(419.562)	-
Investimentos em serviço – (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(p)	-	-	168	(168)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(p)	5	(5)	-	-
Total		5	(5)	168	(168)

- (a) Os valores com a Associação são provenientes do contrato de uso da rede de energia;
- (b) Os valores entre *intercompany* são provenientes das vendas de bens materiais;
- (c) O saldo é referente ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-Nova como arrendatária;
- (d) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. De acordo com a Nota Técnica nº 182/2022–SFF/ANEEL, processo nº 48500.007194/2022-83, as despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 42.051 mil ao ano, por um período de 60 meses;
- (e) Os valores entre *intercompany* são provenientes de compra de bens materiais;
- (f) A contratação de serviço é proveniente a serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (g) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;
- (h) Os valores com a E-nova são provenientes da compra de material para custeio;
- (i) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa. Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o instituto no montante de R\$ 5.536;
- (j) Os valores com a Equatorial Transmissão S.A. são provenientes da prestação de serviços de construção de iluminação e subestações;
- (k) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre Companhia (contratante) e a (contratada) Equatorial S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento), *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (l) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da Companhia com a EQTPREV;
- (m) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Companhia;
- (n) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobrás, é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitado da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal;
- (o) Refere-se os dividendos para distribuição em 31 de dezembro de 2024, conforme explicado na nota explicativa nº 19 – Dividendos a pagar; e
- (p) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Companhia para a Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. e Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), de forma não onerosa, pelo prazo de 04 (quatro) e 06 (seis) meses, respectivamente, conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração e Fiscal, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 29.800, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 29 de abril de 2024 (R\$ 26.329 em 31 de dezembro de 2023, conforme rerratificação do valor de remuneração do exercício de 2023 realizada na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária do dia 29 de abril de 2024).

Os Diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 26 e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 20.4 – Planos de opção de compra de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	2024	%
Remuneração fixa anual	6.721	35%
Salário ou pró-labore	6.111	32%
Benefícios diretos e indiretos	610	3%
Remuneração variável	8.816	46%
Bônus	8.816	46%
Benefícios pós emprego	150	1%
Remuneração baseada em ações	3.579	18%
Valor total da remuneração	19.266	100%

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia com ônus^(*) nos contratos de financiamento, e sem ônus nas apólices de seguros, conforme abaixo listado:

Instituição	Valor contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	Saldo em 2024 (a)
CEF415.877-81/2015	32.671	100	02/09/2015	30/06/2027	32.671	9.830
CEF469.587-04/2016	35.703	100	20/12/2018	07/09/2028	35.703	14.304
BNDES 18/19/20	1.341.576	100	20/02/2019	15/04/2028	1.261.025	773.477
BNDES 21/22/23	1.360.868	100	30/03/2021	15/09/2040	1.360.868	1.490.034
Apólices de seguros	211.189	100	07/02/2019	18/10/2028	N/A	N/A
Total	2.982.007				2.690.267	2.287.645

(a) Os valores atualizados de financiamentos, estão líquidos de custo de captação.

(*) Referente à remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2023	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência – Ativos de contrato (b)	Baixas (d)	2024
Ativo financeiro	8.943.054	454.657	1.771.262	(27.419)	11.141.554
Obrigações especiais (c)	(2.370.400)	(150.741)	(904.219)		(3.425.360)
Total ativo financeiro da concessão	6.572.654	303.916	867.043	(27.419)	7.716.194

	2022	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência – Ativos de contrato (b)	Baixas (d)	2023
Ativo financeiro	6.972.987	588.741	1.394.523	(13.197)	8.943.054
Obrigações especiais (c)	(1.777.594)	(211.334)	(381.472)	-	(2.370.400)
Total ativo financeiro da concessão	5.195.393	377.407	1.013.051	(13.197)	6.572.654

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão;
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e
- (d) Valores correspondem às baixas dos ativos vinculados à infraestrutura.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		2024			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,23%	7.033.599	(4.885.734)	(683.387)	1.464.478
Total		7.033.599	(4.885.734)	(683.387)	1.464.478

		2023			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	5,12%	6.745.816	(4.426.630)	(667.333)	1.651.853
Total		6.745.816	(4.426.630)	(667.333)	1.651.853

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até julho de 2028, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

Movimentação do ativo intangível

	2023	Adições	Baixas (a)	Transferências (b)	Outros	2024
				Ativos de contrato		
Em serviço	6.745.816	-	(141.856)	429.256	383	7.033.599
(-) Amortização	(4.426.630)	(607.891)	148.819	-	(32)	(4.885.734)
Total em serviço	2.319.186	(607.891)	6.963	429.256	351	2.147.865
Obrigações especiais em serviço (c)	(1.867.632)	-	239	(205.962)	-	(2.073.355)
(-) Amortização	1.200.299	189.669	-	-	-	1.389.968
Total em obrigações especiais	(667.333)	189.669	239	(205.962)	-	(683.387)
Total	1.651.853	(418.222)	7.202	223.294	351	1.464.478

	2022	Adições	Baixas (a)	Transferências (b)	2023
				Ativos de contrato	
Em serviço	6.384.934	-	(116.218)	477.100	6.745.816
(-) Amortização	(3.961.575)	(549.764)	84.709	-	(4.426.630)
Total em serviço	2.423.359	(549.764)	(31.509)	477.100	2.319.186
Obrigações especiais em serviço (c)	(1.956.644)	-	-	89.012	(1.867.632)
(-) Amortização	1.084.530	115.769	-	-	1.200.299
Total em obrigações especiais	(872.114)	115.769	-	89.012	(667.333)
Total	1.551.245	(433.995)	(31.509)	566.112	1.651.853

- (a) O montante baixado de R\$ 141.473 é proveniente da desativação de bens que em virtude do encerramento da sua vida útil, onde não fazem mais parte do patrimônio da empresa e não possuem expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação; bem como o aumento da amortização devido os saldos de universalização;

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível em serviço; e
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;

A Companhia avaliou e concluiu não haver indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

12 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	Transferências (a)				
	2023	Adições (c)	Ativo intangível	Ativo financeiro	2024
Ativos de contrato	1.959.345	2.604.300	(429.256)	(1.771.262)	2.363.127
Obrigações especiais (b)	(1.031.999)	(2.002.115)	205.962	904.219	(1.923.933)
Total	927.346	602.185	(223.294)	(867.043)	439.194

	Transferências (a)					
	2022	Adições	Baixas	Ativo intangível	Ativo financeiro	2023
Ativos de contrato	1.361.506	2.469.462	-	(477.100)	(1.394.523)	1.959.345
Obrigações especiais (b)	(512.291)	(816.681)	4.513	(89.012)	381.472	(1.031.999)
Total	849.215	1.652.781	4.513	(566.112)	(1.013.051)	927.346

- (a) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e
- (c) O montante de R\$ 602.185 refere-se às adições líquidas do ativos de contrato reconhecidas no exercício, em que R\$ 545.250 impactou o caixa da Companhia, transação não caixa referem-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 146.709 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 91.325 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 236.820 referentes às adições em contrapartida à sub rogação, conforme nota explicativa nº 28.1 – Transações não envolvendo caixa, R\$ 6.009 refere-se a reversão de provisão para perda de estoque, conforme nota explicativa nº23.1 Outras receitas / despesas operacionais, R\$ 49.712 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 14 – Empréstimos e financiamentos.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Fornecedores

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica (a)	529.190	514.467
Encargos de uso da rede elétrica	18.458	16.518
Materiais e serviços (b)	573.603	499.892
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	19.303	33.185
Total fornecedores	1.140.554	1.064.062

- (a) A composição inclui as despesas com fornecedores relacionadas aos contratos de compra de energia e às operações no Mercado de Curto Prazo, realizadas por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A variação observada no exercício reflete, principalmente, a atualização dos preços médios dos pagamentos efetuados durante o exercício; e
- (b) A composição deve-se, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio da Companhia no decorrer do exercício em referência. A variação do exercício deve-se, principalmente, a passivo de materiais e serviços empregados na modernização do sistema elétrico.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 57 dias (51 dias em 31 de dezembro de 2023).

13.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia não é parte. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 129.586 (R\$ 154.323 em 31 de dezembro de 2023), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 966.646 durante o ano de 2024 (R\$ 785.954 em 31 de dezembro de 2023).

O prazo médio de pagamento destes títulos é de 58 dias em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.	Garantias	2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
<i>Bank of America</i>	CDI + 1,09%	N/A	1.087	309.955	311.042
<i>Scotiabank</i> (a)	CDI + 1,35%	-	1.245.476	-	1.245.476
Total moeda estrangeira US\$			1.246.563	309.955	1.556.518
Moeda nacional					
BNDES	IPCA+4,11% a 4,81%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	330.429	1.939.247	2.269.676
Caixa Econômica Federal	6,00%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	7.681	16.453	24.134
Subtotal			338.110	1.955.700	2.293.810
(-) Custo de captação			(529)	(5.636)	(6.165)
Total moeda nacional			337.581	1.950.064	2.287.645
Total			1.584.144	2.260.019	3.844.163
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantia	2023		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
<i>Scotiabank</i> (a)	CDI + 1,35%	-	4.876	968.260	973.136
Total moeda estrangeira (US\$)			4.876	968.260	973.136
Moeda nacional					
BNDES	IPCA + 4,11% a 4,81%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	315.829	2.161.902	2.477.731
Caixa Econômica Federal	6,00%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	7.713	24.044	31.757
Subtotal			323.542	2.185.946	2.509.488
(-) Custo de captação			(436)	(5.850)	(6.286)
Total moeda nacional			323.106	2.180.096	2.503.202
Total			327.982	3.148.356	3.476.338

- (a) Considera-se no custo da dívida do *Bank of America* e *Scotiabank*, o custo da ponta passiva do *swap*, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 26.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	323.106	2.180.096	4.876	968.260	3.476.338
Ingressos	-	-	-	300.000	300.000
Encargos	103.899	-	66.115	-	170.014
Variação monetária e cambial	69.324	42.536	75.980	204.175	392.015
Transferências	272.238	(272.238)	1.162.259	(1.162.259)	-
Amortizações de principal	(327.125)	-	-	-	(327.125)
Pagamentos de juros	(104.312)	-	(62.888)	-	(167.200)
Custo de captação (a)	451	(330)	221	(221)	121
Saldos em 31 de dezembro de 2024	337.581	1.950.064	1.246.563	309.955	3.844.163

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	223.715	2.386.499	346.072	1.043.540	3.999.826
Encargos	110.969	-	66.056	-	177.025
Variação monetária e cambial	63.874	54.744	(21.157)	(75.280)	22.181
Transferências	261.147	(261.147)	-	-	-
Amortizações de principal	(224.949)	-	(317.993)	-	(542.942)
Pagamentos de juros	(112.088)	-	(68.102)	-	(180.190)
Custo de captação (a)	438	-	-	-	438
Saldos em 31 de dezembro de 2023	323.106	2.180.096	4.876	968.260	3.476.338

a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.3 Ingressos

Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recursos	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Bank of America	300.000	dez-24	Anual	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,0118%	CDI + 1,09%

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14.4 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	1.584.144	41%
2026	334.189	9%
2027	642.564	17%
2028	174.919	5%
2029	94.807	2%
De 2030 até 2040	1.019.176	26%
Subtotal	2.265.655	59%
(-) Custo de captação (não circulante)	(5.636)	0%
Não circulante	2.260.019	59%
Total	3.844.163	100%

14.5 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos

1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5

Scotiabank

1,4

Bank of America

1,4

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Debêntures

15.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	59.398	1.346.515	1.405.913
Ingressos	-	2.475.000	2.475.000
Encargos	210.909	-	210.909
Transferências (a)	(6.346)	6.346	-
Amortizações de principal	(39.132)	-	(39.132)
Pagamento de juros	(165.190)	-	(165.190)
Variação monetária	171	1.723	1.894
Custo de captação (a)	1.157	(59.308)	(58.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	60.967	3.770.276	3.831.243

	Passivo circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	199.033	1.382.776	1.581.809
Encargos	201.072	-	201.072
Transferências (a)	26.641	(26.641)	-
Amortizações de principal	(180.079)	-	(180.079)
Pagamento de juros	(206.249)	-	(206.249)
Variação monetária	17.549	(9.620)	7.929
Custo de captação (a)	1.431	-	1.431
Saldos em 31 de dezembro de 2023	59.398	1.346.515	1.405.913

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

15.2 Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recursos	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
7ª Emissão – Série única	1.000.000	ago/24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 0,95%	Não se aplica
8ª Emissão Debêntures - Série Única	1.475.000	dez-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 7,7477%	CDI + 0,38%

15.3 Características das debêntures

Emissão	Característica	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	2024		
								Saldo líquido circulante	Saldo líquido não circulante	Total
6ª	(1)/(3)/(4)	N/A	1ª	1.350.000	CDI + 1,40% a.a.	jun-22	mai-28	18.275	1.347.535	1.365.810
7ª	(1)/(3)/(4)	N/A	2ª	1.000.000	CDI + 0,95% a.a.	ago-24	ago-30	44.732	997.344	1.042.076
8ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	N/A	Única	1.475.000	CDI + 0,38% a.a.	dez/24	dez-36	(2.040)	1.425.397	1.423.357
Total								60.967	3.770.276	3.831.243

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie quirografia: e
- (5) Debêntures incentivadas.

(a) Considera-se no custo da 8ª Debêntures, o custo da ponta passiva do swap.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos apresentando ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

15.4 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	60.967	2%
2026	450.000	12%
2027	450.000	12%
2028	783.333	20%
2029	333.334	9%
De 2030 até 2036	1.810.056	47%
Subtotal	3.826.723	100%
(-) Custo de captação (não circulante)	(56.447)	-2%
Não circulante	3.770.276	98%
Total	3.831.243	100%

15.5 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	6ª debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado: <= 4,5	1,4	1,4	1,4

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

16.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Créditos ativos de:		
Prejuízo fiscal	34.759	-
	<u>34.759</u>	<u>-</u>
Ativos de:		
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	54.122	45.622
PECLD	28.919	38.142
Receita - CPC 47/IFRS 15	978	103
Variação <i>Swap</i>	-	44.126
Arrendamentos - CPC 06 (R2) / IFRS 16	807	769
Provisão para participação nos lucros	12.551	11.327
Provisão atuariais	21.960	27.318
Subtotal	<u>119.337</u>	<u>167.407</u>
Passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Depreciação acelerada	(193.762)	(207.285)
Atualização do ativo financeiro VNR	(582.832)	(479.501)
Variação <i>Swap</i>	(37.425)	-
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	(11.179)	(15.818)
Ajuste a valor presente	(58.128)	(60.634)
Outras despesas não dedutíveis	(15.546)	(23.596)
Total	<u>(898.872)</u>	<u>(786.834)</u>
Total tributos diferidos	<u>(744.776)</u>	<u>(619.427)</u>

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024				
	2023	Reconhecimento no resultado	Resultado abrangente	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	-	34.759	-	34.759	34.759
Provisão para riscos judiciais	45.622	8.500	-	54.122	54.122
PECLD	38.142	(9.223)	-	28.919	28.919
Ajuste a valor presente	(60.634)	2.506	-	(58.128)	-
Valor novo de reposição – VNR	(479.501)	(103.331)	-	(582.832)	-
Receitas/Custos– CPC 47/IFRS15	103	875	-	978	978
Arrendamentos – IFRS 16/CPC 06	769	38	-	807	807
Depreciação acelerada	(207.285)	13.523	-	(193.762)	-
Variação <i>Swap</i>	44.126	(94.371)	12.820	(37.425)	-
Provisão para participação nos lucros	11.327	1.224	-	12.551	12.551
Provisão atuariais	27.318	880	(6.238)	21.960	21.960
Outras despesas não dedutíveis	(23.596)	8.050	-	(15.546)	-
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	(15.818)	4.639	-	(11.179)	-
Total	(619.427)	(131.931)	6.582	(744.776)	154.096

	2023				
	2022	Reconhecimento no resultado	Resultado abrangente	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos judiciais	47.081	(1.459)	-	45.622	45.622
PECLD	214.650	(176.508)	-	38.142	38.142
Ajuste a valor presente	(53.798)	(6.836)	-	(60.634)	-
Valor novo de reposição – VNR	(351.182)	(128.319)	-	(479.501)	-
Receitas/Custos– CPC 47/IFRS15	(64)	167	-	103	103
Arrendamentos – IFRS 16/CPC 06	712	57	-	769	769
Depreciação acelerada	(221.832)	14.547	-	(207.285)	-
Variação <i>Swap</i>	(16.815)	55.303	5.638	44.126	44.126
Provisão para participação nos lucros	12.660	(1.333)	-	11.327	11.327
Provisão atuariais	17.913	1.586	7.819	27.318	27.318
Outras despesas não dedutíveis	(30.638)	7.042	-	(23.596)	-
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	(28.772)	12.954	-	(15.818)	-
Total	(410.085)	(222.799)	13.457	(619.427)	167.407

16.3 Expectativa de realização – Ativo fiscal diferido

Com base nos estudos técnicos de viabilidade considerando a projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais diferidos, no montante de R\$ 154.096, ocorrerá em sua totalidade até o final do exercício de 2025.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	2.194.128	2.194.128	2.553.069	2.553.069
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(548.532)	(197.472)	(638.267)	(229.776)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(988)	343	(1.340)	288
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (P&D)	1.282	461	2.733	984
Atualização de Indébito tributário	12.933	4.656	2.870	1.033
Incentivo PAT	2.202	-	2.085	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	36	-	73	-
IRPJ Subvenção Governamental	500.420	-	473.230	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	5.622	983	37.367	21.462
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(27.025)	(191.029)	(121.249)	(206.009)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	1%	9%	5%	8%
Imposto Corrente	57.800	(143.923)	38.857	(143.316)
Imposto Diferido	(84.825)	(47.106)	(160.106)	(62.693)

17 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis (a)	95.383	86.318	96.010	76.118
Fiscais (b)	394	25.599	375	125
Trabalhistas	35.084	45.980	37.799	38.985
Total	130.861	157.897	134.184	115.228
Circulante	9.693	196	9.305	-
Não circulante	121.168	157.701	124.879	115.228

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 8.279 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional; e
- (b) A variação de depósitos vinculados é decorrente, em quase sua totalidade, ao saldo de PIS e COFINS no valor de R\$ 25.460, que foram recolhidos via depósito judicial.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

17.1 Movimentação dos processos no exercício

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	96.010	20.048	(21.771)	(8.077)	9.173	95.383
Tributárias	375	1	(269)	-	287	394
Trabalhistas	37.799	3.608	(5.934)	(2.191)	1.802	35.084
Total contingências	134.184	23.657	(27.974)	(10.268)	11.262	130.861

	2022			2023		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	105.626	25.574	(20.347)	(12.848)	(1.995)	96.010
Tributárias	2.192	7	-	(93)	(1.731)	375
Trabalhistas	30.657	5.891	(2.131)	(5.105)	8.487	37.799
Total contingências	138.475	31.472	(22.478)	(18.046)	4.761	134.184

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no exercício; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. Nessa movimentação também estão as reversões de atualização de processos extintos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e assessores jurídicos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Cíveis	509.051	393.275
Tributárias	23	23
Trabalhistas	75.763	53.874
Total	584.837	447.172

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Cíveis

A Companhia figura como ré em 11.760 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (12.474 em 31 de dezembro de 2023), sendo 4.927 tramitam em Juizados Especiais (5.175 processos em 31 de dezembro de 2023), com probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 95.383.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Falha no fornecimento	20.371	18.161
Fraude questionada	12.803	15.427
Morte por eletroplessão	19.087	18.537
Cobrança indevida	9.856	10.290
Acidente com terceiros	9.618	9.799
Incêndio	4.170	4.196
Descumprimento de TAC (i)	1.588	1.493
Falha no atendimento	3.885	4.436
Multa Procon	2.384	2.369
Spc/Serasa	2.777	2.417
Corte indevido	1.675	1.942
Acidente de trabalho	1.068	1.226
Outras	6.101	5.717
Total	95.383	96.010

(i) processo nº 0000130-68.2008.8.14.0058 relacionado a ação monitória coletiva movida pela MPE-Ministério Público Federal por Descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, no montante de R\$ 1.580 (R\$ 1.580 em 31 de dezembro de 2023).

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda, em 31 de dezembro de 2024, é avaliada como possível pela Administração, no montante de R\$ 509.051 (R\$ 393.275 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Falha no Fornecimento (i)	143.064	25.996
Fraude Questionada	2.473	721
Morte por Eletroplessão	8.277	8.934
Cobrança Indevida	1.430	1.298
Falha no Atendimento	1.168	997
Multa Procon	2.649	3.064
Acidente de trabalho	1.101	349
Quebra de Contrato (ii)	205.058	213.088
Servidão de passagem	12.908	12.908
Regulatório (iii)	119.221	119.221
Outras	11.702	6.699
Total	509.051	393.275

Os processos mais relevantes referem-se aos:

(i) processo nº 0801011-10.2024.8.14.0136 relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, em face da Equatorial Pará, requerendo a condenação da Concessionária a indenização por danos materiais e morais coletivos em reconhecimento da prática ilícita de prestar o serviço público de fornecimento de energia de modo ineficiente à coletividade de Município de Canaã dos Carajás no montante de R\$ 100.000.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) processo nº 0026675-52.2013.8.14.0301 relacionado a ação indenizatória coletiva movida pela *Cred New Recuperação de Ativos e Serviços Ltda.* por quebra de contrato, no montante de R\$ 192.792 (R\$ 192.792 em 31 de dezembro de 2023); e

(iii) processo nº 0031306-39.2012.4.01.3900 relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, em face da Equatorial Pará, ANEEL e Rede Energia, requerendo a anulação da resolução normativa 3.371/2012 e por consequência determinado a compensação aos consumidores no montante de R\$ 88.000 (R\$ 88.000 em 31 de dezembro de 2023).

b) Fiscais

A Companhia figura como ré em 165 processos fiscais em 31 de dezembro de 2024 (182 processos em 31 de dezembro de 2023) os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Multa	348	333
Outras	46	42
Total	394	375

Existem 45 processos fiscais cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 23 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

c) Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2024 é composto por 864 reclamações ajuizadas (829 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 35.084 (R\$ 37.799 em 31 de dezembro de 2023), os processos mais relevantes destacam-se:

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2024	2023
PPLR (i)	17.717	16.797
Bônus de Retenção	1.023	979
Responsabilidade Subsidiária	6.815	11.330
Acidente De Trabalho	5.852	5.028
Outras	3.677	3.665
Total	35.084	37.799

(i) processo nº 0010325-06.2013.5.08.0010 relacionado a ação civil pública movida pelo Sindicato Dos Trabalhadores Das Indústrias Urbanas Do Estado Do Pará, em face da Equatorial Pará pleiteando o pagamento de PLR do ano de 2012, de R\$ 17.717 (R\$ 16.797 em 31 de dezembro de 2023).

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda, em 31 de dezembro de 2024, é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 75.763 (R\$ 53.874 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Responsabilidade Subsidiária (i)	69.113	48.399
Danos Morais	1.750	1.307
Hora Extra	1.340	900
Outros	3.560	3.268
Total	75.763	53.874

(i) processo: 0000340-58.2024.5.08.0129 relacionado a reclamação trabalhista ajuizada por empregado de empresa terceirizada vítima de acidente de trabalho requerendo a condenação subsidiária da concessionária ao pagamento de indenização pelos danos morais e materiais no montante de R\$ 1.300.

18 Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da Companhia. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S/A e Pine S/A. Em novembro de 2017, a Companhia firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em Legal *Opinion* do escritório que conduz o processo. Espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

18.1 Composição

	2024	2023
Circulante		
Outras concessionárias	5.695	5.695
Credores financeiros (a)	27.751	30.560
Partes relacionadas	79.318	38.614
Total circulante	112.764	74.869
Não circulante		
Outras concessionárias	83.853	83.853
Credores financeiros (a)	335.871	344.819
Partes relacionadas	788.705	782.436
(-) Ajuste a valor presente (b)	(184.593)	(205.409)
Total não circulante	1.023.836	1.005.699
Total	1.136.600	1.080.568

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *Bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é composto por: R\$ 37.545 de empréstimos e financiamentos, R\$ 14.747 de outras concessionárias e R\$ 132.301 de partes relacionadas (R\$ 42.320 de empréstimos e financiamentos, R\$ 16.620 de outras concessionárias e R\$ 146.828 de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

18.2 Cronograma de amortização

O cronograma de pagamento das parcelas relativas aos valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	112.764	10%
2026	27.076	2%
2027	67.739	6%
2028	91.723	8%
2029	56.772	5%
De 2030 Até 2034	965.119	85%
Subtotal	1.208.429	106%
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(184.593)	-16%
Não circulante	1.023.836	90%
Total	1.136.600	100%

18.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	Saldo em 2023	Juros e encargos	Variação monetária	Amortização	Juros pagos	AVP	Saldo em 2024
Outras concessionárias	73.288	5.042	-	-	(5.042)	1.513	74.801
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	674.221	42.524	7.403	(1.228)	(1.726)	14.528	735.722
Credores financeiros	333.059	10.494	17.372	(28.514)	(11.109)	4.775	326.077
Total	1.080.568	58.060	24.775	(29.742)	(17.877)	20.816	1.136.600

	Saldo em 2022	Juros e encargos	Variação monetária	Amortização	Juros pagos	AVP	Saldo em 2023
Outras concessionárias	71.775	5.029	-	-	(5.028)	1.512	73.288
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	644.727	40.395	(3.721)	(1.039)	(20.669)	14.528	674.221
Credores financeiros	363.855	12.713	(9.098)	(26.321)	(12.876)	4.786	333.059
Total	1.080.357	58.137	(12.819)	(27.360)	(38.573)	20.826	1.080.568

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

(i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.976.074	2.225.811
(-) Reserva legal	(29.513)	(87.629)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(500.420)	(473.230)
Lucro líquido ajustado	1.446.141	1.664.952
Dividendos mínimos		
Dividendos mínimos obrigatórios	361.535	416.238
Juros sobre capital próprio	-	2.453
Dividendos adicionais		
Dividendos adicionais propostos	1.093.583	1.260.206
(-) Reserva de reavaliação	(9.005)	(25.147)
Total dividendos mínimos e adicionais	1.446.113	1.653.750

(ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	277.586
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	49.622
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	416.238
Juros sobre capital próprio	2.453
IRRF juros sobre capital próprio	(368)
Pagamento de dividendos	(325.969)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	419.562
Dividendos adicionais distribuídos de 2023 (a)	1.260.206
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	361.535
Pagamento de dividendos	(1.678.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	363.228

(a) Ver detalhamento na nota explicativa 20.2 (d).

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.624.459 (R\$ 1.624.459 em 31 de dezembro de 2023) e o capital autorizado é de R\$ 2.500.000 (R\$ 2.500.000 em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100%

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe “A” e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe “B”, calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos ou restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

20.2 Reserva de lucros

	2024	2023
Reserva legal (a)	326.866	297.353
Reserva de incentivos fiscais (b)	1.903.361	1.402.941
Reserva de investimentos (c)	11.230	11.202
Reserva de dividendos adicionais propostos (d)	1.093.583	1.260.206
Total de reservas de lucros	3.335.040	2.971.702

a. Reserva legal

É constituída com base no artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro 2024 o saldo desta reserva é de R\$ 326.866 (R\$ 297.353 em 31 de dezembro de 2023).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

b. Reserva de incentivos fiscais

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Deliberação nº 555 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.903.361 (R\$ 1.402.941 em 31 de dezembro de 2023), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

c. Reserva de investimentos

Reserva estatutária, constituída com base no artigo 194 da Lei 6.404/76 cuja finalidade é preservar a integridade do patrimônio social da Companhia. Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R\$ 11.230 (R\$ 11.202 em 31 de dezembro de 2023).

d. Reserva de dividendos adicionais propostos

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.093.583

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$ 1.093.583 (R\$ 1.260.206 em 31 de dezembro de 2023).

20.3 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido. A movimentação da reserva de reavaliação está conforme demonstrada a seguir:

	2023	Quota de reavaliação	Baixa	2024
Reserva de reavaliação	47.161	(13.643)	-	33.518
Encargo tributário	(11.480)	-	4.638	(6.842)
Total	35.681	(13.643)	4.638	26.676

	2022	Quota de reavaliação	Baixa	2023
Reserva de reavaliação	85.262	(38.101)	-	47.161
Encargo tributário	(24.434)	3.900	9.054	(11.480)
Total	60.828	(34.201)	9.054	35.681

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20.4 Plano de opções de compra

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra de ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

20.4.1 Quinto plano de opção de compra de ações

No dia 22 de julho de 2019, por meio de AGE, os acionistas da Equatorial S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano").

O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis.

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

3º Outorga		4º Outorga	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis	<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
05/08/2022	137.050	11/03/2023	52.500
05/08/2023	137.050	11/03/2024	52.500
05/08/2024	137.050	11/03/2025	52.500
05/08/2025	137.050	11/03/2026	52.500
	548.200		210.000

5º Outorga		6º Outorga	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis	<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
26/07/2023	15.000	02/04/2024	100.000
26/07/2024	15.000	02/04/2025	100.000
26/07/2025	15.000	02/04/2026	100.000
26/07/2026	15.000	02/04/2027	100.000
	60.000		400.000

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga.

As ações sujeitas as regras do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria, adquiridas em programa de recompra ou a serem emitidas.

O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo "*Black & Scholes*" de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

3ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A.)

	2024	2023
Valor justo na data de outorga	9,34%	9,34%
Data da outorga: 05/08/2021		
Quantidade outorgada	548.200	548.200
Preço da ação na data de outorga	24,23	24,23
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	23,63	23,89
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,30%	30,30%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	10,36%	10,36%

4ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A.)

	2024	2023
Valor justo na data de outorga	11,71	11,71
Data da outorga: 11/03/2022		
Quantidade outorgada	210.000	210.000
Preço da ação na data de outorga	25,34	25,34
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	23,00	23,28
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,89%	30,89%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,26%	12,26%

5ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A.)

	2024	2023
Valor justo na data de outorga	10,33	10,33
Data da outorga: 26/07/2022		
Quantidade outorgada	60.000	60.000
Preço da ação na data de outorga	23,48	23,48
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	22,98	23,27
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,58%	30,58%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	13,11%	13,11%

6ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A.)

	2024	2023
Valor justo na data de outorga	12,15	12,15
Data da outorga: 03/04/2023		
Quantidade outorgada	400.000	400.000
Preço da ação na data de outorga	26,88	26,88
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	26,04	26,38
Volatilidade esperada (média ponderada)	32,53%	31,53%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,16%	12,16%

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o exercício e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

b. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no exercício. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

c. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

	Média ponderada do preço de exercício		Média ponderada do preço de exercício	
	Número de opções 2024	2024	Número de opções 2023	2023
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	4.038.200	-	4.038.200	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	400.000	26,38
Encerradas durante o exercício	(3.245.100)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	-	-	3.220.000	18,62
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	187.500	23,63	548.200	23,89
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	175.600	23,00	210.000	23,28
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	30.000	22,98	60.000	23,27
Existentes ao fim do exercício 6ª Outorga	400.000	26,04	400.000	26,38
Total existentes ao fim do exercício	793.100	-	4.438.200	-

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2.888 (R\$ 5.653 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

20.4.2 Plano de outorga de “Phantom Shares” – Contrato 2019

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo.

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a “Phantom Shares”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das Metas de *Performance* pela Companhia.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “Phantom Shares” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026.

b. Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de Opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	2024	2024	2023	2023
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	340.000	33,35	415.000	24,77
Cancelamento	-	-	(75.000)	-
Existentes ao fim do exercício	340.000	31,15	340.000	33,35

Para o plano de “Phantom shares”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido um complemento de provisão de R\$ 548, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 3.745 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 31,15 (R\$ 33,35 em 31 de dezembro de 2023).

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

O plano de “Phantom shares” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da Taxa Interna de Retorno (TIR) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas.

20.4.3 Plano de outorga de “Phantom Shares” – Contrato 2023

Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a “*Phantom Shares*”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de “*Phantom Shares*” Vestidas a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de *Performance* sobre a Quantidade Alvo nos termos acima.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “*Phantom Shares*” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga (“1º Período de Carência”); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga (“2º Período de Carência”); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga (“3º Período de Carência”); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga (“4º Período de Carência”).

b. Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de Opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	2024	2024	2023	2023
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	311.475	33,28	-	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	311.475	-
Cancelamento	(18.052)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	293.423	32,19	311.475	33,28

Para o plano de “*Phantom shares*”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido um complemento de provisão de R\$ 7 em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 2.702 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 32,19 (R\$ 33,28 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

20.4.4 *Matching Shares*

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a criação de um novo incentivo de longo prazo da Companhia, no formato de Plano de Investimento em Ações ("Plano") e, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Investimento em Ações (*Matching Shares*) ("1º Programa *Matching*"). O 1º Programa *Matching* tem por objetivo que os participantes selecionados invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de ações próprias durante o período de carência de, no mínimo, 4 (quatro) anos, conforme previsto no programa. Ao investir na aquisição de ações próprias e assumir o risco de ficar investido na Companhia durante o período de carência, pretende-se, ao outorgar as Ações *Matching*, alinhar os interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia, incentivando, assim, a tomada de decisões que busquem a geração sustentável de valor.

Os critérios para fins de determinação do número de Ações *Matching* a que os participantes farão jus são: (i) se o participante investir até 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 0,5 (meia) ação para cada 1 (uma) ação adquirida; ou (ii) se o participante investir mais do que 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) ação adquirida.

O direito de receber as Ações *Matching* dependerá da manutenção plena e ininterrupta da propriedade das Ações Próprias pelos Participantes ("Condição de Investimento"), bem como da sua permanência como administrador ou empregado da Companhia e/ou de sociedades sob o seu Controle ("Condição de Serviço"), durante o período de carência.

As Ações *Matching* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

Ademais, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um Programa de Recompra de Ações, com prazo de duração até 14 de novembro de 2025, com o objetivo prioritário de atender o Plano de *Matching Shares* ou para permanência em tesouraria, para posterior alienação.

As informações das Opções outorgadas ocorridas, estão descritas abaixo:

1º Outorga	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
15/05/2025	27.835
15/05/2026	27.835
15/05/2027	27.835
15/05/2028	27.835
	111.340

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Programa são:

1ª Outorga

	2024
Valor justo na data de outorga	31,12
Data da outorga: 15/05/2024	
Quantidade outorgada	111.340
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	31,12

Para o plano de “*Matching shares*”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma provisão de R\$ 1.137 em contrapartida ao patrimônio líquido (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 31,12 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

20.5 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2024				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	
Numerador					
Lucro líquido do exercício	1.972.091	1.938	971	1.074	1.976.074
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,89453</u>	<u>0,89440</u>	<u>0,89462</u>	<u>0,89490</u>	<u>0,89453</u>
	2023				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	
Numerador					
Lucro líquido do exercício	2.221.324	2.183	1.093	1.211	2.225.811
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
Lucro básico e diluído por ação	<u>1,00758</u>	<u>1,00738</u>	<u>1,00737</u>	<u>1,00749</u>	<u>1,00758</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	2024	2023
Receita de distribuição (a)	8.989.726	8.289.569
Remuneração financeira WACC (b)	916.833	602.098
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	(159.303)	250.144
Subvenção CDE – Outros (d)	728.461	531.338
Fornecimento de energia elétrica	10.475.717	9.673.149
Suprimento de energia elétrica (e)	57.383	23.171
Receita pela disponibilidade – uso da rede (f)	593.400	480.385
Receita de construção	2.604.300	2.469.462
Atualização do ativo financeiro (g)	303.916	377.407
Outras receitas	268.055	299.086
Receita operacional bruta	14.302.771	13.322.660
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica (h)	(1.940.146)	(1.529.778)
PIS e COFINS	(838.615)	(769.933)
Encargos do consumidor	(88.407)	(90.219)
ISS	(1.536)	(1.712)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(527.666)	(518.961)
Penalidades DIF/FIC e outras	(44.504)	(33.673)
Deduções da receita operacional	(3.440.874)	(2.944.276)
Receita operacional líquida	10.861.897	10.378.384

- (a) A variação se deve principalmente pelo aumento no número de consumidores em 2,5%, consequentemente, na distribuição de energia injetada no exercício em 8,34%;
- (b) A variação refere-se em função do seguinte fato: em 2023, o valor da remuneração WACC foi calculada considerando a remuneração bruta de capital do ciclo anterior, 2018 até 2023. Já 2024, foram calculados após homologação do laudo da revisão tarifária. Onde foram adotadas novas medidas de cálculos da remuneração bruta de capital, conforme ajustes da própria reguladora ANEEL;
- (c) A variação negativa de R\$ 409.448 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) a variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 472.585 em relação ao exercício anterior; (ii) efeito negativo da CVA da Bandeira Faturada R\$ 106.098, devido as bandeiras tarifárias ocorridas a partir de jul/24, o que não ocorreu em 2023; (iii) Variação positiva pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante de R\$ 3.629 ; (iv) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL no reajuste foram inferiores aos custos efetivamente pagos, diferente do ocorrido no exercício anterior, gerando variação positiva de Parcela A de R\$ 187.532 e; (v) variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R\$ 21.926;
- (d) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II, que envolvem autoconsumo local, geração compartilhada (até 25% de participação) e autoconsumo remoto (até 500 kW). Estes estão condicionados a pagar o Fio B de forma progressiva e gradativa ao longo dos anos, a partir de 2023;
- (e) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido a distribuidora ter disponibilizado mais energia para venda no Mercado de Curto Prazo no exercício de 2024. Em 2023 foram 212.120 MWh vendidos ao preço médio de R\$ 69,04/MWh e ao passo que em 2024 foram 515.405 MWh vendidos ao preço médio de R\$ 76,22/MWh. Assim, houve um aumento da disponibilidade de suprimento para a venda no mercado de curto prazo;
- (f) As migrações de clientes livres ocorridas no exercício representaram um aumento de 54% dessa classe, impactando em um aumento do uso da rede em torno de 10% até 31 de dezembro de 2024;
- (g) O considerável número de obras encerradas que impactaram o saldo a ser transferido/bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado (IPCA) acumulou variação negativa no exercício comparativo de R\$ 104.267; e
- (h) A variação se deve principalmente pelo aumento na receita de fornecimento, resultando em contrapartida no aumento proporcional do ICMS. Ademais, a partir de 16 de março de 2023, a alíquota do ICMS Energia, passou de 17% para 19%, conforme Lei Estadual nº 9.755/2022.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

22 Custos do serviço e despesas operacionais

2024

	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(47.867)	(37.227)	(103.872)	-	(188.966)
Material	(11.221)	(17.359)	(1.078)	-	(29.658)
Serviços de terceiros	(213.517)	(229.846)	(29.075)	-	(472.438)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(4.118.927)	-	-	-	(4.118.927)
Custo de construção (b)	(2.604.300)	-	-	-	(2.604.300)
PECLD do contas a receber de clientes (c)	-	-	-	(221.978)	(221.978)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(13.389)	-	(13.389)
Amortização	(345.811)	-	(79.089)	-	(424.900)
Arrendamentos e aluguéis	(3.496)	(5.177)	1.568	-	(7.105)
Subvenção CCC	(58.327)	-	-	-	(58.327)
Outros	(1.297)	674	(2.687)	3.993	683
Total	(7.404.763)	(288.935)	(227.622)	(217.985)	(8.139.305)

2023

	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
	(53.450)	(27.616)	(111.823)	-	(192.889)
	(16.830)	(14.428)	733	-	(30.525)
	(318.004)	(178.150)	27.975	-	(468.179)
	(3.627.368)	-	-	-	(3.627.368)
	(2.469.462)	-	-	-	(2.469.462)
	-	-	-	(146.672)	(146.672)
	-	-	(13.426)	-	(13.426)
	(394.169)	-	(44.904)	-	(439.073)
	-	-	-	-	-
	9.384	-	-	-	9.384
	414	(6.234)	6.227	(2.863)	(2.456)
	(6.869.485)	(226.428)	(135.218)	(149.535)	(7.380.666)

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Energia elétrica comprada para revenda;
- (b) A Companhia reconhece o custo de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados; e
- (c) Para melhor detalhamento, vide nota explicativa nº 7.2 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

22.1 Outras receitas/despesas operacionais

	2024	2023
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	5.988	15.795
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	21.669	77.152
Outras receitas operacionais	1.921	3.464
Total de outras receitas operacionais	29.578	96.411
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(66.766)	(160.721)
Indenização por danos a terceiros	(2.493)	(2.462)
Provisão para perda de estoque (a)	(15.660)	-
Baixa de recebíveis incobráveis (c)	(85.556)	(31.652)
Outras despesas operacionais	(50.113)	(14.843)
Total de outras despesas operacionais	(220.588)	(209.678)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(191.010)	(113.267)

- a) No exercício de 2022, a Companhia reconheceu uma provisão que tinha como objetivo absorver uma futura perda dos custos de materiais ou serviços nas obras para resultado, entretanto, em 2023, em função do processo de revisão tarifária, todas as obras energizadas foram devidamente encerradas fisicamente, conciliadas e capitalizadas contabilmente. O resultado dessa conciliação resultou em sobras contábeis, reconhecidas como perdas e, consequentemente, a provisão foi revertida. Este processo foi finalizado em 2023, não impactando os saldos de 2024, motivo pelo qual, os montantes reconhecidos no exercício atual são menores em relação ao mesmo exercício do ano anterior;
- b) A variação foi significativamente influenciada pela 6ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorrida em 2023. Este processo de revisão tarifária foi o principal fator que contribuiu para o aumento das baixas em comparação com o exercício de 2024. Durante a revisão, foi necessário realizar um volume considerável de baixas para a elaboração do laudo de avaliação, que é um componente essencial para a reavaliação dos ativos e a definição das novas tarifas. Esse procedimento resultou em um impacto direto nas baixas registradas, refletindo a necessidade de ajustar os ativos conforme os critérios regulatórios estabelecidos; e
- c) No exercício de 2024 foram realizadas baixas de títulos vencidos do contas a receber acima de 5 anos.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Energia elétrica comprada para revenda

	2024		2023	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	10.842	(2.436.091)	9.562	(1.999.028)
Contratos Eletronuclear	324	(106.894)	328	(112.515)
Contratos cotas de garantias	1.513	(397.164)	1.674	(292.051)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS/Energia reserva (b)	-	(283.545)	-	(289.042)
Energia bilateral	226	(91.007)	226	(97.146)
Energia de curto prazo – CCEE (c)	-	(132.805)	-	(188.017)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	189	(88.548)	174	(94.510)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	-	394.940	-	360.017
Geração Distribuída (e)	-	(91.569)	-	(48.999)
Subtotal	13.094	(3.232.683)	11.964	(2.761.291)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (f)	-	(886.244)	-	(866.077)
Total	13.094	(4.118.927)	11.964	(3.627.368)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCS D – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de aumento de volume contratado em 13,4 % em relação ao exercício anterior, acrescido de atualizações dos preços médios de pagamento que sofreram variação de 7,5%;
- (b) A diminuição nas despesas associadas ao ESS em comparação ao exercício anterior deve-se a redução do acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, acrescido de menores despesas com o Encargo de Energia de Reserva cuja finalidade é aumentar a Segurança no Fornecimento de Energia Elétrica ao Sistema Interligado Nacional, ocasionando diminuição dos pagamentos associado a este encargo;
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação negativa de R\$ 55.212, no exercício findo de 31 de dezembro de 2024 em virtude da redução da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023;
- (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pela companhia (regime caixa);
- (e) Os valores referem-se ao impacto da contabilização de custos de geração distribuída cujo valor é determinado pela energia (kWh) gerada por consumidores de GD, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar, com impacto dos encargos de geração distribuída no resultado financeiro; e
- (f) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024 e Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão)

(*) não auditado.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

24 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	224.957	193.553
Valores a receber/devolver parcela A	39.970	89.728
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	280.509	61.229
Acréscimo moratório de energia vendida	157.560	117.060
Receita financeira de AVP	27.912	48.960
PIS/COFINS sobre receita financeira	(23.690)	(21.536)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	3.532	127.318
Outras receitas financeiras	92.580	62.809
Total de receitas financeiras	803.330	679.121
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (d)	(387.635)	(407.950)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(68.326)	(263.366)
Valores a receber/devolver parcela A	(69.380)	(54.408)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(422.216)	(144.609)
Despesa financeira de AVP	(35.283)	(28.851)
Atualização de contingências	(11.262)	(4.761)
Multas	(81)	(46)
Juros, multas s/ operação de energia	(310)	(1.000)
Descontos concedidos	(66.895)	(45.199)
Encargos com partes relacionadas	(1.658)	(1.710)
Juros de mora sobre PECLD	1.580	(2.808)
Outras despesas financeiras	(52.283)	(28.042)
Despesa com Aval	(24.153)	(27.753)
Encargo de geração distribuída	(2.882)	-
Total de despesas financeiras	(1.140.784)	(1.010.503)
Resultado financeiro líquido	(337.454)	(331.382)

- (a) O aumento nos rendimentos das aplicações financeiras deve-se, principalmente, a melhora do caixa e aplicações da Companhia em comparação ao exercício anterior;
- (b) Refere-se à contratação de operação de swap, designada como hedge de fluxo de caixa, que troca Dólar+spread por CDI+spread, na qual a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 27,9%, saindo de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 6,19 em 31 de dezembro 2024. No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,21%, saindo de R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023;
- (c) Em 2024, a despesa foi originada principalmente pela variação cambial da dívida, devido à valorização do dólar em 27,9%, contribuindo para uma despesa líquida no exercício; e
- (d) O principal impacto na redução dos encargos da dívida foi devido à queda do CDI, indexador com 61,9% de participação na dívida, que passou de 13,04%, em 2023, para 10,88% em 2024.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

25 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

25.1 Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica “Plano de aposentadoria, assistência médica e pensão”.

Os planos de previdência expõem a Companhia a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. Os planos de saúde expõem a Companhia a riscos relacionados à longevidade, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Cabe ressaltar que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) patrocinadas pela Companhia realizam periodicamente estudos de *Asset & Liability Management* – ALM, visando estabelecer estratégias de investimento que estejam compatíveis com as obrigações previdenciárias dos planos.

Essas entidades operam dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. Em decorrência da estrutura regulatória acima descrita e das normas específicas sobre o tema, pode haver restrições ao reconhecimento de superávits caso identificados nas avaliações atuariais realizadas para atendimento ao pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

i. Plano Equatorial BD

O Plano BD é estruturado na modalidade de “benefício definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria (por Invalidez, Idade, Tempo de Contribuição e Especial): Benefício de aposentadoria apurado a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é a média dos últimos 36 Salários de Contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS. Com exceção da Aposentadoria por invalidez, as aposentadorias têm carência de 120 meses de contribuições mensais para o plano.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Pensão por Morte:** O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e
- **Abono Anual:** O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

ii. Plano Celpa OP

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade “Benefício Definido” (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- **Renda Mensal com Reversão em Pensão:** É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 05 anos completos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 05 anos de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - d) Ter a concessão do benefício, exceto se de Invalidez pelo RGPS; e
 - e) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- ✓ Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de “Contribuição Variável”; ou
- ✓ Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de “Contribuição Definida”.

- **Pecúlio por Invalidez ou por Morte:** O benefício de Pecúlio por Morte é concedido aos beneficiários quando do óbito do participante ativo. O benefício de Pecúlio por Invalidez é concedido ao participante que possuir a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez no Plano R.

iii. Plano Celpa R

O Celpa R é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- **Suplementação de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez:** Os dois benefícios acima consistem em uma renda mensal obtida através da diferença entre o valor do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do benefício concedido pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social), sendo concedidos enquanto for garantida a concessão do RGPS (Regime Geral de Previdência Social);
- **Pensão por Morte:** O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Abono Anual:** O benefício consiste no maior valor mensal recebido no ano pelo participante, e será pago até o dia 20 de dezembro. Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano.

iv. Plano Equatorial CD

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pela Equatorial Energia Pará, dentre outras. O plano passou a ser oferecido pela empresa a seus empregados no exercício de 2019, bem como recepcionou nesse ano participantes e assistidos patrocinados pela empresa advindos dos planos Celpa OP e Celpa R, sendo, portanto, o primeiro reconhecimento das obrigações com este plano pela empresa.

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- **Aposentadoria Normal:** É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.
- **Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho:** O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal;
- **Pensão por Morte de Ativo:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal; e
- **Pensão por Morte de Assistido:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

v. Resolução nº 10/1989

A Companhia possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela Administração da Companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a Resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Companhia.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

vi. Plano de assistência médica

Plano de Saúde CNU

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os seus colaboradores, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

Unimed Seguro Saúde

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da Companhia, bem como a seus dependentes.

Plano Odontológico UNIODONTO

Plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes. Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes. Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado).

A Companhia realiza anualmente e divulgará nas demonstrações contábeis do exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, as avaliações atuariais por avaliadores independentes, considerando cotação de mercado ativo, análise de sensibilidade, taxa esperada global de retorno dos ativos com base nas expectativas de mercado vigentes e aplicáveis durante o período o qual a obrigação deve ser liquidada.

Assim, as principais premissas atuariais utilizadas são: (i) taxa de inflação; (ii) taxa de desconto; (iii) futuros aumentos salariais; e (iv) futuros aumentos de pensão.

25.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado do exercício de 2024 e 2023.

Apuração do passivo (ativo) líquido em 2024								
	Equatorial BD	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total passivo	Equatorial CD	CELPA OP	Total ativo
1 Déficit/(superávit) apurado								
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	176.201	9.944	15.400	45.090	246.635	357	1.780	2.137
Valor justo dos ativos do plano	(314.591)	(6.138)	-	-	(320.729)	(12.971)	(3.526)	(16.497)
Déficit/(superávit) apurado	(138.390)	3.806	15.400	45.090	(74.094)	(12.614)	(1.746)	(14.360)
2 Efeito do teto do ativo e passivos adicionais								
Efeito do teto de ativo	138.390	1.364	-	-	139.754	3.869	619	4.488
Efeito do Teto do Ativo e Passivos	138.390	1.364	-	-	139.754	3.869	619	4.488
Passivo/(ativo) líquido apurado	-	5.170	15.400	45.090	65.660	(8.745)	(1.127)	(9.872)
Circulante					1.546			-
Não circulante					64.114			9.872

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Apuração do passivo (ativo) líquido em 2023								
	Equatorial BD	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total passivo	Equatorial CD	CELPA OP	Total ativo
1 Déficit/(superávit) apurado								
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	195.699	10.870	17.183	57.447	281.199	382	1.926	2.308
Valor justo dos ativos do plano	(330.978)	(5.971)	-	-	(336.949)	(10.718)	(4.749)	(15.467)
Déficit/(superávit) apurado	(135.279)	4.899	17.183	57.447	(55.750)	(10.336)	(2.823)	(13.159)
2 Efeito do teto do ativo e passivos adicionais								
Efeito do teto de ativo	135.279	373	-	-	135.652	3.084	1.810	4.894
Efeito do Teto do Ativo e Passivos	135.279	373	-	-	135.652	3.084	1.810	4.894
3 Passivo/(ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)								
Passivo/(ativo) líquido apurado	-	5.272	17.183	57.447	79.902	(7.252)	(1.013)	(8.265)
Circulante					1.336			-
Não circulante					78.566			8.265

25.3 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	Equatorial CD	Equatorial BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total
Resultado do exercício 2024							
Custo do serviço corrente líquido	45	4	8	-	-	1.649	1.706
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	29	17.880	1.020	177	1.571	5.447	26.124
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.008)	(30.943)	(574)	(449)	-	-	(32.974)
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	290	13.063	36	174	-	-	13.563
Total de (despesa) receita reconhecida no resultado do exercício	(644)	4	490	(98)	1.571	7.096	8.419
Outros resultados abrangentes (ORA), no exercício							
Ganhos/(perdas) nos ativos do plano	(1.136)	26.386	615	1.471	-	-	27.336
Ganhos/(perdas) nas obrigações atuariais	(99)	(16.437)	(1.193)	(123)	(1.381)	(16.583)	(35.816)
Ganhos/(perdas) no efeito do teto do ativo e nos passivos adicionais	495	(9.953)	955	(1.364)	-	-	(9.867)
Ganhos/(perdas) reconhecidos em ORA	(740)	(4)	377	(16)	(1.381)	(16.583)	(18.347)
	Equatorial CD	Equatorial BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total
Resultado do exercício 2023							
Custo do serviço corrente líquido	96	3	9	-	-	1.330	1.438
Custo do serviço passado e (ganhos)/perdas na liquidação	-	-	-	-	-	454	454
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	86	21.004	1.081	200	1.870	4.921	29.162
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.238)	(36.377)	(605)	(530)	-	-	(38.750)
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	305	15.373	98	226	-	-	16.002
Total de (despesa) receita reconhecida no resultado do exercício	(751)	3	583	(104)	1.870	6.705	8.306
Outros resultados abrangentes (ORA), no exercício							
Ganhos/(perdas) nos ativos do plano	1.136	(2.280)	(176)	165	-	-	(1.155)
Ganhos/(perdas) nas obrigações atuariais	(690)	10.746	1.001	127	677	10.602	22.463
Ganhos/(perdas) no efeito do teto do ativo e nos passivos adicionais	219	(8.469)	(548)	(322)	-	-	(9.120)
Ganhos/(perdas) reconhecidos em ORA	665	(3)	277	(30)	677	10.602	12.188

25.4 Ativos do plano

	2024				2023			
	Equatorial BD	Equatorial CD	Equatorial OP	Equatorial R	Equatorial BD	Equatorial CD	Equatorial OP	Equatorial R
Títulos Públicos	273.620	146.435	8.462	4.385	304.725	124.898	8.185	3.759
Fundos de Investimentos	36.115	223.844	1.275	1.612	18.679	229.798	2.045	2.066
Outros	14.768	92.542	355	6.427	16.732	70.640	362	6.103
Ativo total	324.503	462.821	10.092	12.424	340.136	425.336	10.592	11.928

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

25.5 Obrigação de benefício definido

a) Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:

Premissas em 31 de dezembro de 2024	Equatorial CD	Equatorial BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto	12,97%	12,16%	12,03%	12,04%	12,78%	12,29%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	4,96%	Não aplicável	4,96%	4,96%
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
	AT-2000 M/F	AT-2000 M/F	BR-EMSsb	BR-EMSsb	AT – 2000 M/F	AT – 2000 M/F
Mortalidade geral	Suavizada em 10%	Suavizada 10%	2015 M/F	2015 MF	Suavizada em 10%	Suavizada em 10%

Premissas em 31 de dezembro de 2023	Equatorial CD	Equatorial BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	9,41%	9,66%	9,71%	9,63%	9,72%	9,72%
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
	AT-2000 M/F	AT-2000 M/F	BR-EMSsb	BR-EMSsb	AT-2000 M/F	AT-2000 M/F
Mortalidade geral	Suavizada em 10%	Suavizada em 10%	2015 M/F	2015 M/F	Suavizada em 10%	Suavizada em 10%

b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissas 2024	Análise de sensibilidade	Equatorial BD	Equatorial CD	Equatorial OP	Equatorial R	Resolução 10/1989	Plano de saúde
		Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(5.604)	(7)	(66)	(479)	(459)	(2.708)
	Redução de 0,5%	5.969	7	71.647	524	487	3.009
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	5.202	(18)	37.426	101	454	1.754
	Redução de 1 ano	(5.241)	19	(38.824)	(106)	(456)	(1.724)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	2.957
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	-	(2.689)

Premissas 2023	Análise de sensibilidade	Equatorial BD	Equatorial CD	Equatorial OP	Equatorial R	Resolução 10/1989	Plano de saúde
		Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(6.865)	(8)	(80)	(582)	(549)	(3.411)
	Redução de 0,5%	7.351	9	86	642	584	3.788
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	6.114	(19)	43	125	582	1.300
	Redução de 1 ano	6.135	21	(45)	(130)	(581)	(1.318)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	3.679
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	-	(3.342)

Embora análise não leve em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

25.6 Fluxo de caixa

2024						
	Equatoria l BD	Equatorial CD	Equatorial OP	Equatorial R	Resolução 10/1989	Plano de saúde
1 Fluxo de caixa no exercício						
Contribuições do empregador	-	109	-	968	-	2.870
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	20.944	-	200	761	-	2.870
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	1.972	-
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte						
Contribuições do empregador	-	96	-	930	-	3.379
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	21.735	184	186	787	-	3.379
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	2.085	-
2023						
	Equatorial BD	Equatorial CD	Equatorial OP	Equatorial R	Resolução 10/1989	Plano de saúde
1 Fluxo de caixa no exercício						
Contribuições do empregador	-	134	-	513	-	2.485
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	21.822	-	167	760	-	2.485
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	2.006	-
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte						
Contribuições do empregador	-	152	-	627	-	2.870
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	21.581	159	177	751	-	2.870
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	2.087	-

26 Instrumentos financeiros

26.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 14.5 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 15.5 *Covenants* das debêntures.

26.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

26.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, e em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa – Depósitos bancários	-	Custo amortizado	71.119	71.119	45.945	45.945
Equivalentes de caixa (Fundos de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	1.247.055	1.247.055	296.154	296.154
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	2.315.924	2.315.924	967.893	967.893
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	2.313.285	2.313.285	2.328.099	2.328.099
Sub-rogação da CCC – valores aplicados	3	Custo amortizado	349.930	349.930	20.444	20.444
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	-	-	20.234	20.234
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	7.716.194	7.716.194	6.572.654	6.572.654
Total do ativo			<u>14.013.507</u>	<u>14.013.507</u>	<u>10.251.423</u>	<u>10.251.423</u>

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	-	Custo amortizado	1.140.554	1.140.554	1.064.062	1.064.062
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	129.586	129.586	154.323	154.323
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	3.844.163	3.846.087	3.476.338	3.491.841
Debêntures	2	Custo amortizado	3.831.243	3.912.927	1.405.913	1.389.836
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.136.600	1.321.193	1.080.568	1.285.977
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	17.174	17.174	21.303	21.303
		Valor justo por meio do resultado	51	51		
Instrumentos financeiros derivativos	2	resultado			129.781	129.781
Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	269.321	269.321	78.871	78.871
Total do passivo			<u>10.368.692</u>	<u>10.636.893</u>	<u>7.411.159</u>	<u>7.615.994</u>

Caixa – Depósitos bancários – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Equivalentes de caixa – são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;

Aplicações financeiras – são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Contas a receber de clientes – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;

Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros – são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;

Sub-rogação da CCC - valores aplicados – são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Nível 3 na hierarquia do valor justo;

Ativo financeiro de concessão – são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 3 na hierarquia do valor justo;

Fornecedores – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;

Fornecedores - risco sacado – decorrem de transações entre a Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;

Empréstimos e financiamentos – tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Debêntures – são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA; Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial – decorrente do plano de recuperação judicial da Companhia que são classificados como passivo ao custo amortizado;

Passivo de arrendamento – composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado; e

Instrumentos financeiros derivativos – são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

26.4 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Valor justo		
									2024	2023	
Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	186.237	1.000.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a.	130.712	(120.850)	
Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	13.763	73.900	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a.	9.660	(8.931)	
Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	50.000	300.000	Bullet	Câmbio	Anual	USD + 6,0118% a.a./ CDI + 1,09% a.a.	1.611	-	
BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	1.475.000	Anual	Juros	Semestral	USD + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	(31.908)	-	
Total									110.075	(129.781)	
									Ativo não-circulante	110.126	-
									Passivo circulante	(51)	(650)
									Passivo não circulante	-	(129.131)
									Efeito líquido total	110.075	(129.781)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge*, na Companhia, foram os seguintes:

Risco cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor nominal	Valor contábil					
			31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
Contrato de <i>Swap Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	2.848.900	110.126	(51)	-	(129.781)	(37.706)	(8.367)

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

26.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 1.318.174 (R\$ 342.099 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

2024					
Classe Consumidora	Consumidores Faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	1.221.091	185.464	754.598	2.161.153	63%
Industrial	105.098	2.196	26.046	133.340	4%
Comercial	252.128	37.509	75.758	365.395	11%
Rural	259.480	11.247	57.887	328.614	10%
Poder público	129.311	15.204	68.678	213.193	6%
Iluminação pública	12.717	246	14.574	27.537	1%
Serviço público	58.268	2.764	121.764	182.796	5%
Total	2.038.093	254.630	1.119.305	3.412.028	100%

2023					
Classe Consumidora	Consumidores Faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	1.400.305	201.520	895.694	2.497.519	64%
Industrial	166.269	2.635	44.024	212.928	5%
Comercial	348.082	46.804	103.746	498.632	13%
Rural	243.430	12.080	62.250	317.760	8%
Poder público	127.380	14.612	75.515	217.507	6%
Iluminação pública	19.020	256	13.721	32.997	1%
Serviço público	49.827	2.617	53.893	106.337	3%
Total	2.354.313	280.524	1.248.843	3.883.680	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.14.2.1 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	146.929	5,01%	7.359	-		-
A Vencer individualizada	418.540	34,62%	144.899	544.629	5,01%	27.284
Vencido 1 a 30	17.311	42,26%	7.316	268.062	9,16%	24.554
Vencido 31 a 60	11.405	50,79%	5.793	87.640	24,50%	21.472
Vencido 61 a 90	10.816	54,83%	5.930	60.954	32,89%	20.048
Vencido 91 a 120	10.581	55,87%	5.912	41.332	38,89%	16.074
Vencido 121 a 150	9.434	58,41%	5.510	33.926	39,87%	13.526
Vencido 151 a 180	9.775	58,49%	5.717	35.111	41,45%	14.554
Vencido 181 a 210	10.173	58,49%	5.950	32.101	42,56%	13.662
Vencido 211 a 240	9.610	61,14%	5.876	30.021	43,06%	12.927
Vencido 241 a 270	8.901	62,32%	5.547	27.336	44,99%	12.298
Vencido 271 a 300	9.686	63,19%	6.121	30.278	46,62%	14.116
Vencido 301 a 330	9.292	64,23%	5.968	32.467	48,31%	15.685
Vencido 331 a 360	9.249	64,83%	5.996	32.030	48,31%	15.474
Vencido 361 a 390	8.199	65,08%	5.336	30.161	50,59%	15.258
Vencido 391 a 420	11.528	65,08%	7.502	30.947	51,39%	15.904
Vencido 421 a 450	9.022	65,28%	5.890	28.139	51,81%	14.579
Vencido 451 a 630	56.195	68,07%	38.252	125.064	51,81%	64.796
Vencido 631 a 720	28.495	71,55%	20.388	50.936	51,81%	26.390
Vencido 721 a 810	27.626	73,44%	20.289	58.309	51,81%	30.210
Vencido 811 a 990	53.930	76,40%	41.203	97.968	51,81%	50.757
Vencido 991 a 1080	25.071	81,11%	20.335	48.928	53,85%	26.348
Vencido 1081 a 1170	25.114	82,19%	20.641	51.747	59,82%	30.955
Vencido 1171 a 1350	48.265	86,17%	41.590	75.635	65,83%	49.791
Vencido 1351 a 1530	47.626	89,44%	42.597	67.608	70,92%	47.948
Vencido 1531 a 1710	44.078	92,06%	40.578	51.435	75,56%	38.864
Vencido 1711 a 1890	42.454	93,49%	39.690	65.329	81,70%	53.374
Total	1.119.305		568.185	2.038.093		686.848

Aging parcelamentos saldos a vencer

	2024				
	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Residencial	154.872	78.328	42.082	43.758	319.040
Industrial	6.396	2.204	974	967	10.541
Comercial	15.551	5.194	2.448	2.112	25.305
Rural	12.721	5.178	2.590	2.655	23.144
Poder público	21.610	14.049	8.983	12.490	57.132
Iluminação pública	4.992	3.590	2.559	2.569	13.710
Serviço público	60.750	48.872	3.956	3.020	116.598
Total a vencer	276.892	157.415	63.592	67.571	565.470

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2024				
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias
Residencial	68.343	90.567	85.904	95.846	66.139
Industrial	1.921	2.928	2.892	3.561	3.084
Comercial	6.670	8.974	9.554	12.221	9.536
Rural	5.618	6.306	6.314	7.735	5.988
Poder Público	3.052	3.072	1.307	723	870
Iluminação Pública	92	300	95	84	59
Serviço Público	1.007	1.289	562	835	856
Total de parcelamentos	86.703	113.436	106.628	121.005	86.532

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada de perda média do não faturado	Saldo PECLD
A vencer	254.630	5,01%	12.757

PECLD Outros

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo PECLD
A Vencer	46.600	5,01%	2.335
Vencido 1 a 30	10.624	9,16%	973
Vencido 31 a 60	3.332	24,50%	816
Vencido 61 a 90	1.916	32,89%	630
Vencido 91 a 120	1.377	38,89%	536
Vencido 121 a 150	1.154	39,87%	460
Vencido 151 a 180	996	41,45%	413
Vencido 181 a 210	838	42,56%	357
Vencido 211 a 240	790	43,06%	340
Vencido 241 a 270	814	44,99%	366
Vencido 271 a 300	986	46,62%	460
Vencido 301 a 330	914	48,31%	442
Vencido 331 a 360	969	48,31%	468
Vencido 361 a 390	1.811	50,59%	916
Vencido 391 a 420	1.918	51,39%	986
Vencido 421 a 450	1.762	51,81%	913
Vencido 451 a 630	8.719	51,81%	4.517
Vencido 631 a 720	3.320	51,81%	1.720
Vencido 721 a 810	3.940	51,81%	2.041
Vencido 811 a 990	7.591	51,81%	3.933
Vencido 991 a 1080	3.091	53,85%	1.665
Vencido 1081 a 1170	3.285	59,82%	1.965
Vencido 1171 a 1350	6.190	65,83%	4.075
Vencido 1351 a 1530	5.590	70,92%	3.964
Vencido 1531 a 1710	3.435	75,56%	2.595
Vencido 1711 a 1890	5.970	65,88%	2.693
Total	127.932		40.579

(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão).

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 14 – Empréstimos e financiamentos, nº 15 – Debêntures e nº 18 – Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de 2,06 (2,8 em 31 de dezembro de 2023).

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	2024						Mais que 5 anos
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	2.293.810	3.351.708	64.333	370.714	433.929	876.687	1.606.045
Empréstimos bancários sem garantia	1.550.353	1.622.594	-	1.255.205	34.769	332.620	-
Subtotal – Empréstimos e financiamentos	3.844.163	4.974.302	64.333	1.625.919	468.698	1.209.307	1.606.045
Títulos de dívida emitidos sem garantia							
	3.831.243	6.528.381	61.725	350.750	814.319	2.313.110	2.988.477
Subtotal – Debêntures	3.831.243	6.528.381	61.725	350.750	814.319	2.313.110	2.988.477
Valores a pagar com garantia							
	63.626	58.039	3.105	32.723	22.211	-	-
Valores a pagar sem garantia							
	1.072.974	2.131.892	108	52.684	52.508	353.197	1.673.395
Subtotal – Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.136.600	2.189.931	3.213	85.407	74.719	353.197	1.673.395
Fornecedores							
	1.140.554	1.140.554	1.032.582	107.972	-	-	-
Fornecedores - Risco sacado							
	129.586	129.586	125.502	4.084	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	1.270.140	1.270.140	1.158.084	112.056	-	-	-
Passivo de arrendamento							
	17.174	17.174	838	4.035	4.674	7.627	-
Total passivos financeiros derivativos	10.099.320	14.979.928	1.288.193	2.178.167	1.362.410	3.883.241	6.267.917

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 – Empréstimos e financiamentos e nº 15 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição ao câmbio é de 17,7% (16,3% em 31 de dezembro de 2023), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira).

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui três dívida em moeda estrangeira, e possui *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 26.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Cenário Provável	Impacto no resultado			
				Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(1.556.518)	(1.689.790)	(2.112.238)	(2.534.685)	(1.267.342)	(844.895)
Impacto no resultado do exercício				(422.448)	(844.895)	422.448	844.895
<i>Swap - Ponta Ativa</i>	US\$	1.552.277	1.685.186	2.106.483	2.527.779	1.263.889	842.593
Impacto em outros resultados abrangentes				(1.151)	(2.302)	1.151	2.302
Impacto no resultado do exercício			133.272	(422.448)	(844.895)	422.448	844.895
Referência para passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar US\$/R\$ (12 meses)		6,72	6,19	8,40	10,08	5,04	3,36

Fonte: B3

(e) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV 25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e Investimentos de curto prazo	CDI	3.562.979	4.112.034	4.249.298	4.386.562	3.974.770	3.837.506
Impacto no resultado				137.264	274.528	(137.264)	(274.528)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(3.893.904)	(4.493.955)	(4.643.968)	(4.793.980)	(4.343.942)	(4.193.930)
	IGP-M	(419.103)	(445.926)	(452.632)	(459.337)	(439.220)	(432.515)
	IPCA	(2.269.676)	(2.415.843)	(2.452.385)	(2.488.927)	(2.379.301)	(2.342.759)
Total passivos financeiros		(6.582.683)	(7.355.724)	(7.548.985)	(7.742.244)	(7.162.463)	(6.969.204)
Impacto no resultado				(193.261)	(386.520)	193.261	386.520
Swap - Ponta Passiva	CDI	(1.410.295)	(1.627.622)	(1.681.953)	(1.736.285)	(1.573.290)	(1.518.958)
Impacto em outros resultados abrangentes				(813)	(1.625)	813	1.625
Impacto no resultado				(53.519)	(107.038)	53.519	107.038
Impacto líquido no resultado				(109.516)	(219.030)	109.516	219.030
Referência para ativos passivos financeiros							
	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%	
CDI (% 12 meses)	15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%	
IGP-M (% 12 meses)	6,40%	6,54%	8,00%	9,60%	4,80%	3,20%	
IPCA (% 12 meses)	6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%	

Fonte: B3/Santander

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(f) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 14 - Empréstimos e financiamentos e nº 15 – Debêntures.

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante o Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME).

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025.

(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Risco ambiental

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte.

26.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Demonstrações dos fluxos de caixa

27.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	223.294
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	867.043
Transferências entre sub-rogação e ativo contratual	236.820
Transferências entre investimento e intangível	351
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor (b)	146.709
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas (b)	91.325
Total de atividades de investimento	1.565.542
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	49.712
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	37.706
Dividendos adicionais distribuídos 2023	1.260.206
Dividendos mínimos obrigatórios	361.535
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	886
Total de atividades de financiamento	1.710.045
Total	3.275.587

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (b) Referem-se as adições de ativos de contratos em contrapartida de fornecedores e obrigações trabalhistas, mais detalhes na nota explicativa nº 12 – Ativos de contrato;
- (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos; e
- (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

27.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2023	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (a)	Novos arrendamentos	Mudanças no valor justo	Outros (b)	2024
Empréstimos e financiamentos	3.476.338	(27.455)	(167.200)	-	-	562.480	3.844.163
Debêntures	1.405.913	2.376.560	(164.631)	-	-	213.401	3.831.243
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial	1.080.568	(29.742)	(16.629)	-	-	102.403	1.136.600
Passivos de arrendamento	21.303	(5.015)	(1.630)	886	-	1.630	17.174
Dividendos a pagar	419.562	(1.678.075)	-	-	-	1.621.741	363.228
Instrumentos financeiros derivativos	129.781	-	(65.379)	-	37.706	(102.057)	51
Totais	6.533.465	636.052	(415.469)	886	37.706	2.399.819	9.192.459

- (a) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e
- (b) As movimentações incluídas na coluna de “Outros” incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

28 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027 ^(*)
Energia contratada (R\$ Mil)	2025 a 2035	3.408.683	3.657.852	3.657.852	48.391.116
Energia contratada (MWh)	2025 a 2035	12.933.318	13.185.734	13.185.734	147.250.228

(*) estimado 9 anos após 2026.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026 ^(**)
Arrendamentos e aluguéis	2024 a 2028	4.873	4.674	4.707	2.920
Sistemas Isolados (R\$ Mil)	2024 a 2027	570.607	531.004	58.995	56.843
Sistemas Isolados (MWh)	2024 a 2027	290.062	252.835	67.215	117.898

(**) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

29 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 1.093.583, sendo R\$ 1.084.578 decorrentes do resultado do exercício e R\$ 9.005 proveniente de realização de reservas de reavaliação.

Amortização Extraordinária Facultativa da 6ª emissão de Debêntures

Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu a amortização extraordinária da 6ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 750.000.

Requerimento de prorrogação da concessão da distribuidora Equatorial Pará

Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, no Contrato de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Pará, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 182/1998 com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024.

Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

João Alberto da Silva Neto

Marcos Antônio Souza de Almeida

Conselho Fiscal

Titulares

Cristiane do Amaral Mendonça

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Eduardo Ramos da Silva

Moacir Gibur

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Adilson Celestino de Lima

Comitê de Auditoria Estatutário

Tiago de Almeida Noel
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Márcio Caires Vasconcelos
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Rubens Jose de Figueiredo Briseno
Diretor

Alexandre Joaquim Santos Cardoso
Diretor

Ênio Cunha Leal
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842-O-3 S-PA

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 04.895.728/0001-80

NIRE n.º 15.300.007.232 | Código CVM n.º 01830-9

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 26 de março de 2025, às 07:45 horas, por meio de videoconferência, sendo considerada realizada na sede social da **Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.** (“Companhia”), localizada na cidade de Belém, Estado do Pará, na Rodovia Augusto Montenegro, km 8,5, s/n.º, Bairro Coqueiro, CEP: 66823-010.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação realizada na forma do art. 12, *caput*, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia (“Regimento Interno” e “Comitê”, respectivamente), com a presença de todos os membros em exercício do Comitê, a saber: Tiago de Almeida Noel, João Alberto da Silva Neto e Jorge Roberto Manoel..
3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Tiago de Almeida Noel**, e secretariados pela Sra. **Carolina Maria Matos Vieira**.
4. **ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Comitê para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** analisar e aprovar o reporte trimestral do Comitê ao Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** analisar e manifestar-se sobre as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”); **(iii)** examinar e manifestar-se a respeito do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iv)** examinar e manifestar-se sobre a proposta de destinação de resultados da Companhia apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(v)** deliberar sobre a emissão de parecer a respeito das DFs 2024, das contas dos administradores e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e da proposta de destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(vi)** analisar e aprovar o relatório anual resumido do Comitê; **(vii)** avaliar relato Auditoria Interna: processos auditados 2024 *versus* 2025; **(viii)** Avaliar relatos Canal Confidencial.
5. **DELIBERAÇÕES:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Comitê, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o quanto segue:

CV 16020
JM 6475
JN 16263
TN 17658

5.1. Aprovar o reporte trimestral do Comitê ao Conselho de Administração da Companhia, conforme cópia que ficará arquivada na sede da Companhia.

5.2. Manifestar-se favoravelmente, nos termos do art. 7º (iii), (iv) e (ix) do Regimento Interno às DFs 2024, conforme cópia que ficará arquivada na sede da Companhia, a serem oportunamente submetidas à assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia (“AGOE”).

5.3. Manifestar-se favoravelmente ao relatório da administração e às contas dos administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme cópias que ficarão arquivadas na sede da Companhia, a serem oportunamente submetidas à AGOE.

5.4. Manifestar-se favoravelmente à proposta de destinação de resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme cópia que ficará arquivada na sede da Companhia, a ser oportunamente submetida à AGOE.

5.5. Aprovar a emissão de parecer do Comitê sobre as DFs 2024, as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e sobre a proposta de destinação de resultados da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do Anexo I à presente ata.

5.6. Aprovar o relatório anual resumido do Comitê, nos termos do art. 7º (xi) do Regimento Interno, conforme Anexo II.

5.7. Analisar o relato da Auditoria Interna quanto aos processos auditados em 2024 *versus* processos auditados em 2025.

5.8. Analisar as denúncias recebida no Canal Confidencial, referentes ao 1º bimestre/2025.

6. **ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes.

Belém/PA, 26 de março de 2025.

[Assinaturas seguem na próxima página]

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

CV 16020
JM 6475
JN 16263
TN 17658

*[Página de Assinaturas da reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Pará
Distribuidora de Energia S.A. realizada em 26 de março de 2025.]*

Mesa:


Tiago De Almeida Noel
17658

Tiago de Almeida Noel
Presidente


Carolina Maria Matos Vieira
16020

Carolina Maria Matos Vieira
Secretária

Membros presentes:


Tiago De Almeida Noel
17658

Tiago de Almeida Noel
Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário


Jorge Roberto Manoel
6475

Jorge Roberto Manoel
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário


João Alberto Da Silva Neto
16263

João Alberto da Silva Neto
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 04.895.728/0001-80

NIRE n.º 15.300.007.232 | Código CVM n.º 01830-9

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025**

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) aprovaram o seguinte parecer a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração:

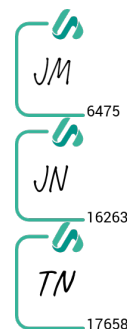
“O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, no uso das suas atribuições regulamentares, em reunião realizada em 26 de março de 2025, na sede social da Companhia, apreciou as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e da proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da Auditoria Externa, fundamentado no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., do qual não constam ressalvas, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário concluíram que as citadas demonstrações financeiras acompanhadas dos documentos pertinentes, estão adequadamente apresentadas e recomendam o seu encaminhamento para deliberação e aprovação pelo Conselho de Administração, com posterior recomendação de aprovação aos acionistas em Assembleia Geral”.

Belém/PA, 26 de março de 2025.

[Assinaturas seguem na próxima página]

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]



[Página de Assinaturas do Anexo I da reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. realizada em 26 de março de 2025.]

Membros presentes:



Tiago De Almeida Noel

17658

Tiago de Almeida Noel

Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário



Jorge Roberto Manoel

6475

Jorge Roberto Manoel

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário



João Alberto Da Silva Neto

16263

João Alberto da Silva Neto

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário



EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 04.895.728/0001-80

NIRE n.º 15.300.007.232 | Código CVM n.º 01830-9

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025**

ANEXO II

**RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA
ESTATUTÁRIO**

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

RELATÓRIO ANUAL 2024

Comitê de Autoria Estatutário



1. Objetivo

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia (“Comitê” e “CAE”), é regido pelo seu Regimento Interno, bem como pelas legislações e regulamentações aplicáveis - em especial, pela Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“RCVM 23”). Em cumprimento a essas diretrizes, apresenta seu Relatório Anual Resumido, o qual sintetiza as ações e avaliações realizadas ao longo de 2024.

Este documento evidencia o compromisso do Comitê com a supervisão dos auditores independentes, além do monitoramento da integridade e a eficácia dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras e a adequação das práticas contábeis adotadas pela Companhia, por meio do acompanhamento da adequação dos serviços prestados pelas áreas de controles internos, de auditoria interna e pela área responsável pelas demonstrações financeiras.

O relatório, atende às disposições da RCVM 23, do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno da Companhia, registrando as atividades, e análises e recomendações do Comitê, com o objetivo de fomentar a continuidade das práticas de qualidade e integridade nas empresas que compõem o Grupo Equatorial.

2. Funcionamento e Composição do Comitê

O Comitê é um órgão colegiado e estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. De caráter permanente, atua com autonomia e independência operacional, dispondo de orçamento próprio.

As decisões do Comitê possuem natureza consultiva, sendo apresentadas ao Conselho de Administração por meio de recomendações e informações. Tais decisões são encaminhadas trimestralmente, por meio de reportes realizados pelo Coordenador.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos membros para integrarem o Comitê, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que sobrevier à realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Assim, nesta ocasião, foram eleitos para integrar o Comitê: (i) o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) o Sr. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; (iii) o Sr. Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê; e (iv) a Sra. Tania Sztamfater Chocolat, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de setembro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia da Sra. Tania Sztamfater Chocolat ao cargo de membro do Comitê, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê.

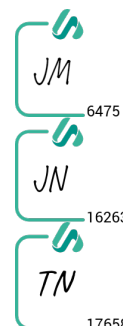
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de outubro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia do Sr. Eduardo Haiama ao cargo de membro do Comitê, e elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Tiago de Almeida Noel, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de setembro de 2024, o Conselho de Administração: (a) tomou conhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. Carlos Augusto Leone Piani ao cargo de membro e Coordenador do Comitê; (b) elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel como Coordenador do Comitê; e (c) elegeu o Sr. Jorge Roberto Manoel ao cargo de membro do Comitê, de modo que a atual composição do Comitê, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração após Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício de 2024 é: (i) Tiago de Almeida Noel, como Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, como membro do Comitê; e (iii) Jorge Roberto Manoel, como membro do Comitê.

A composição do Comitê da Equatorial é refletida nas suas controladas - Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão"), Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará"), Companhia Estadual de Distribuição De Energia Elétrica - CEEE-D ("CEEE-D") e Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. ("SPE 8").

Tendo em vista a mesma composição nessas empresas e o disposto no Regimento Interno da Companhia, as reuniões são realizadas de forma unificada, com os itens de pauta discriminados de acordo com a empresa a que se aplicam.

Dessa forma, todos os Comitês das empresas são compostos por três membros independentes, sendo um deles conselheiro independente da Equatorial S.A. e os demais membros externos, com mandatos vigentes até a reunião do Conselho de Administração posterior à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovará as contas do exercício de 2024.





TIAGO DE ALMEIDA NOEL
Conselheiro Independente
Coordenador do Comitê



JORGE ROBERTO MANOEL
Membro do Comitê
Membro Externo



JOÃO ALBERTO DA SILVA NETO
Membro do Comitê
Membro Externo

3. Atividades Desenvolvidas

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê são realizadas, no mínimo, bimestralmente, de acordo com o calendário anual aprovado pelo Comitê, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação, e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação realizada pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por quaisquer 2 (dois) membros do Comitê ou do Conselho de Administração.

3.1. Reuniões e Participação

O Comitê seguiu um Plano de Trabalho definido previamente, reunindo-se 8 (oito) vezes durante o ano de 2024:

- **7** (sete) reuniões ordinárias e
- **1** (uma) reunião extraordinária

Os membros atingiram um percentual de participação de 87%, tendo ocorrido a ausência justificada de 1 (um) membro em apenas três das reuniões levadas a efeito em 2024.

3.2. Destaque

Os principais temas analisados pelo Comitê durante as reuniões foram:

- Revisão da Política de Gestão de Riscos e da Política Anticorrupção.
- Acompanhamento periódico do Plano Anual da Auditoria Interna e do Canal Confidencial.

3.3. Pautas e Deliberações

- Total de itens pautados: **48** (quarenta e oito) itens.
- Total de solicitações: **26** (vinte e seis) solicitações.
- Solicitações atendidas: **20** (vinte) já foram atendidas.
- Solicitações em andamento: **6** (seis) estão em andamento.

3.4. Temas Discutidos

Os temas discutidos podem ser agrupados da seguinte forma:

✓ **Auditoria Externa**

- Demonstrações Financeiras anuais e das Informações Trimestrais.
- Plano Auditoria Externa – Equatorial e SABESP.
- Relatório de Controles Internos 2023.

✓ **Auditoria Interna**

- *Onboarding* do novo *head* de Auditoria e Riscos.
- Acompanhamento Plano Anual de Auditoria Interna.
- Apresentação sobre a Estrutura da Auditoria Interna.
- Discussão Plano Anual Auditoria Interna.

✓ **Ouvidoria e Canal Confidencial**

- Acompanhamento das Denúncias – Canal Confidencial.

✓ **Deloitte – Auditoria e Consultoria Empresarial**

- Processo de Gestão de Riscos.

✓ **Riscos e Controles Internos**

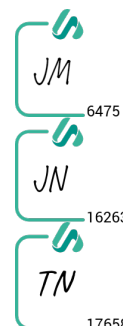
- Atualização da Política de Gestão de Riscos.
- Apresentação sobre Gestão de Riscos e Controles Internos.
- Apresentação sobre Status KRIs para Riscos Priorizados.
- Apresentação sobre Proposta Deloitte *Playbook* de Riscos – Gestão de Crise.

✓ **Partes Relacionadas**

- Monitoramento das Transações com Partes Relacionadas.

✓ **Jurídico e Compliance**

- Riscos Tributários – Reforma Tributária.
- Programa de Integridade e Treinamentos Obrigatórios.



- Atualização da Política Anticorrupção.
- ✓ **Regulatório e Meio Ambiente/ESG**
 - IFRS S1 e S2 – *International Sustainability Standards Board* (ISSB).
- ✓ **Tecnologia da Informação**
 - Segurança Cibernética e Governança de Dados.
- ✓ **Relações com Investidores**
 - Formulário de Referência.

4. Regimento Interno

O Comitê conta com um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2022, o qual pode ser consultado no endereço: <https://ri.equatorialenergia.com.br/esg/estatuto-social-e-codigo-de-conduta/>.

5. Recomendações e Comunicação do CAE com os Conselhos de Administração

O Coordenador do Comitê reúne-se trimestralmente com o Conselho de Administração das empresas que possuem o CAE constituído, a fim de relatar as principais discussões e reportar os trabalhos desenvolvidos.

Dentre as principais atividades, encontram-se as recomendações que realizou aos Conselhos de Administração, como a recomendação da aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social, bem como a análise acerca das informações financeiras da Companhia referentes aos períodos findos em 31 de março de 2024 (1º ITR/24), 30 de junho de 2024 (2º ITR/24) e 30 de setembro de 2024 (3º ITR/24).

6. Conclusões

Os membros do Comitê no exercício de suas atribuições, conforme as disposições do Estatuto Social da Companhia equatorial S.A e do Regimento Interno do Comitê, apreciaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes (Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda.), o relatório da administração e a proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, considerando as análises realizadas no transcorrer das reuniões e dos

trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, bem como as informações prestadas pela administração ao longo do exercício social, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração, com a posterior recomendação de aprovação à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos da lei das Sociedades por Ações.



Tiago De Almeida Noel

17658

Tiago de Almeida Noel

Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatuário



Jorge Roberto Manoel

6475

Jorge Roberto Manoel

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário



João Alberto Da Silva Neto

16263

João Alberto da Silva Neto

Membro do Comitê de Auditoria
Estatuário

2025.03.26 - RCAE - EQTL PA - Resultados 2024 (AGOE 2025)_rev.
societário (limpa).docx

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse
o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 41333-0A18F-0A4D2



Solicitação de assinatura iniciada por: Thais C. O. M. em 26/03/2025

Assinaturas



Tiago de Almeida Noel
Assinou Eletronicamente



Tiago De Almeida Noel
17658



TN

17658

Assinou em: 26 de março de 2025, 17:46:41 | E-mail: tno**@op***** | Endereço de IP:
200.142.103.34 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge
134.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-3834



Carolina Maria Matos Vieira
Assinou Eletronicamente



Carolina Maria Matos Vieira
16020



CV

16020

Assinou em: 26 de março de 2025, 18:18:27 | E-mail: car*****@eq***** |
Endereço de IP: 253.0.44.96 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome
134.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-7737



Jorge Roberto Manoel
Assinou Eletronicamente



Jorge Roberto Manoel
6475



JM

6475

Assinou em: 26 de março de 2025, 18:37:11 | E-mail: jor*****@gm***** | Endereço de IP:
243.232.55.80 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 134.0.0.0,
Windows 10 | Celular: *****4626



João Alberto da Silva Neto
Assinou Eletronicamente

João Alberto Da Silva Neto
16263



Assinou em: 27 de março de 2025, 12:13:52 | E-mail: jas*****@gm***** | Endereço de IP:
177.127.169.115 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.94),
iOS | Celular: (**) *****-6220

Relatório da Administração 2024

A Administração da Equatorial Pará, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As informações não financeiras da Equatorial Pará relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaques de 2024

-
- ▶ O **volume de energia** distribuída no ano aumentou 7% em relação a 2023, atingindo 11.610 GWh.
 - ▶ A **Receita Operacional Líquida (ROL)** cresceu 4,7% em 2024 totalizando R\$ 10,8 bilhões, reflexo do aumento de mercado e do processo tarifário de agosto de 2024.
 - ▶ O **Lucro Líquido** atingiu R\$ 1,9 bilhões em 2024, redução de 11% se comparado ao valor verificado em 2023.
 - ▶ Os **investimentos** da Equatorial Pará somaram R\$ 2,6 bilhões em 2024 aumento de 5% em relação a 2023.
 - ▶ As **perdas de energia** dos últimos 12 meses encerrados no ano de 2024 atingiram 28,2%, aumento de 1p.p. em relação aos 27,2% apresentados no final de 2023, enquadrando na referência regulatória com cobertura tarifária.
 - ▶ Em 2024, os índices de **DEC** e **FEC** (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 19,40 horas e 8 vezes, respectivamente, que se encontram bem abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL.
 - ▶ O **EBTIDA** societário apresentou redução de 11% em 2024 quando comparado a 2023, registrando um montante de R\$ 3,0 bilhões.

Mensagem do Presidente

Vendo em retrospecto o ano de 2024, acreditamos que a Equatorial Pará vem consolidando seu excelente desempenho apresentado desde a sua mudança de controle, em 2012. A venda de energia elétrica na área de concessão cresceu 5,9%, apesar do cenário macroeconômico adverso da região.

Refletindo a eficiência operacional da Companhia, assim como o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos 2024 com lucro líquido de R\$ 1,9 bilhões e geração de caixa operacional de R\$ 3 bilhões.

O montante investido na concessionária paraense atingiu R\$ 2,6 bilhões e focaram na melhoria da qualidade do fornecimento e expansão do serviço de distribuição de energia. A Companhia investiu mais de R\$ 384 milhões por meio do Programa Luz para Todos, sendo R\$ 327 milhões subsidiados e R\$ 56 milhões de Investimentos Próprios, alcançando 21.489 mil ligações em todo Estado do Pará e, no Programa Mais Luz para a Amazônia, os investimentos somaram R\$ 645 milhões, sendo R\$ 581 milhões subsidiados e R\$ 64 milhões de Investimentos Próprios, chegando as 20.307 Ligações em todo Estado.

Como consequência dos investimentos e esforço contínuo de nossa equipe, mantivemos os níveis de qualidade oferecida aos nossos consumidores, através da medição dos indicadores DEC e FEC (respectivamente, duração e frequência das interrupções de energia), que se encontram abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL. O DEC encerrou 2024 em 19,40 horas, enquanto o FEC foi de 8 vezes.

Nossas perdas de energia encerraram o ano em 28,2%, patamar abaixo do determinado pela ANEEL (28,5%) em nossas tarifas.

Mesmo num ano de adversidades, conseguimos nos superar e apresentamos grandes resultados operacionais e financeiros graças à qualidade de nossa força de colaboradores. Nosso objetivo é continuar melhorando a qualidade do serviço prestado e buscar sempre a maior eficiência no uso dos recursos da companhia. Para 2025, temos grandes desafios pela frente.

Márcio Caires Vasconcelos

Diretor-Presidente

Comportamento do mercado - A distribuição de energia injetada no período de janeiro a dezembro de 2024 foi de 16.174 GWh (14.929 GWh em 2023).

O volume de energia faturada sem GD cresceu 3,8% em relação ao ano de 2023, com destaque para classe residencial que apresentou um crescimento de 5,3%, apontando um incremento de aproximadamente 254GWh.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado atendido

Mercado Atendido - MWh	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Fornecimento	9.756.121	9.124.600	8.366.441	7.882.510	7.281.751	7.010.715	7.048.506	7.208.474	7.141.561
Residencial	5.602.936	5.111.199	4.538.541	4.258.427	3.928.860	3.611.816	3.671.512	3.809.919	3.746.101
Industrial	1.682.449	1.649.465	1.650.371	1.596.284	1.500.455	1.511.811	1.527.682	1.526.244	1.548.458
Comercial	2.470.736	2.363.936	2.177.529	2.027.799	1.852.436	1.887.088	1.849.312	1.872.311	1.847.002
Outros	1.853.987	1.748.918	1.666.123	1.569.978	1.568.442	1.606.241	1.592.104	1.558.558	1.597.910
Total	11.610.107	10.873.518	10.032.564	9.452.488	8.850.193	8.616.956	8.640.610	8.767.032	8.739.471
Variação	6,77%	8,38%	6,1%	6,8%	2,7%	-0,3%	-1,4%	0,3%	3,4%

As perdas totais da energia findaram o ano de 2024 no patamar de 28,22%.

Balanco energético

Balanco Energético	4º TRI23	4º TRI24	Var.	2023	2024	Var.
Sistema interligado	4.009.837	4.237.491	5,7%	14.658.860	15.898.236	8,5%
Sistema isolado	68.359	74.097	8,4%	269.774	276.082	2,3%
Energia injetada	4.078.196	4.311.588	5,7%	14.928.634	16.174.318	8,3%
Energia distribuída	3.016.394	3.109.318	3,1%	10.873.518	11.610.107	6,8%
Perdas totais	1.061.802	1.202.270	13,2%	4.055.116	4.564.211	12,6%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2024, atingiu R\$ 652,90/KWh, com aumento de 3,05% em relação a dezembro de 2023.

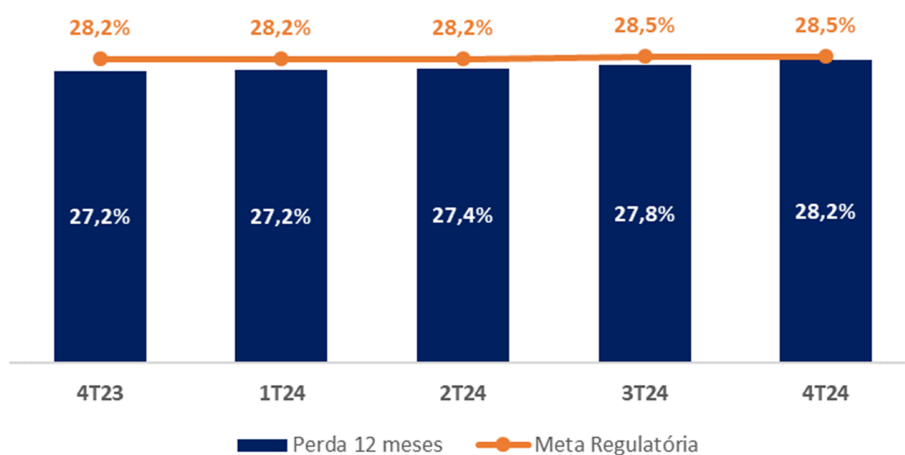
Tarifa média de fornecimento Em R\$/MWh									
Classe	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Residencial	759,30	742,69	713,78	696,81	606,65	638,88	594,64	543,65	501,81
Industrial	305,12	307,66	280,58	271,75	242,96	260,07	253,39	233,70	264,07
Comercial	568,55	574,06	570,26	559,99	516,10	542,51	534,61	502,11	480,79
Rural	817,14	772,64	700,44	642,33	520,63	492,51	452,46	410,06	376,22
Poderes Públicos	942,46	881,54	803,93	764,73	655,32	662,75	633,03	577,66	524,87
Iluminação Pública	536,62	499,27	486,33	475,04	386,32	384,95	363,72	338,32	298,28
Serviço Público	575,44	534,97	468,24	469,35	460,39	489,28	463,42	434,96	380,06
Consumo próprio	968,41	893,21	813,25	774,14	666,67	613,51	533,55	576,41	536,96
Total	652,90	633,60	598,64	579,64	509,15	528,97	501,53	464,38	437,32
Tarifas brutas _ R\$	656,25	636,35	600,62	581,34	510,50	754,76	692,02	648,16	606,45

Gestão dos Negócios

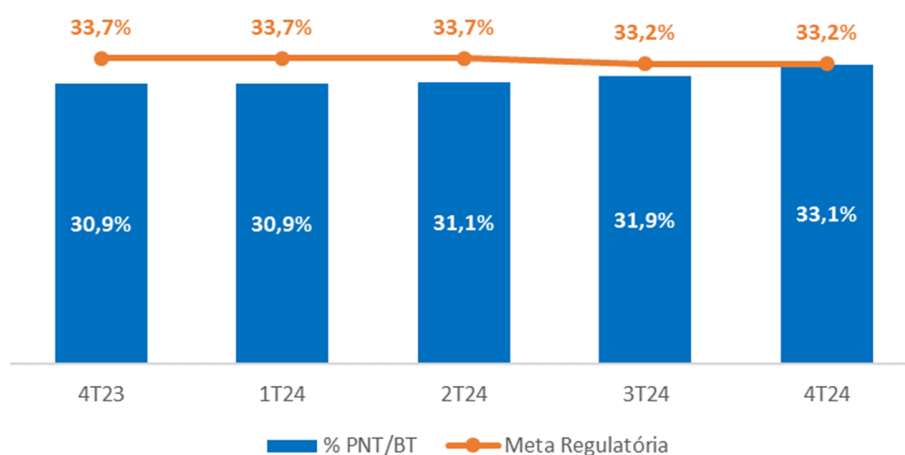
Combate às perdas

Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Energia Pará alcançou o patamar de 16.174 GWh, aumento de 8,0% em relação a 2023, e o faturamento atingiu 11.609 GWh, o que representou aumento de 6,8% em comparação com 2023. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 4.564 GWh, equivalente a 28,2% da energia requerida, implicando em aumento de 1,0 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.

**Perdas totais sobre a energia injetada
(Últimos 12 meses)**



**Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)**



O ano de 2024 para a Equatorial Pará foi desafiador, mas segue marcado pelo compromisso contínuo com a melhoria dos processos de combate às perdas na rede elétrica. A distribuidora manteve esforços para identificar com precisão os pontos da rede com maiores índices de perda e atuar prontamente para solucioná-los.

No entanto, desafios operacionais relacionados à mobilização de parceiros impactaram a operação, somados a efeitos climáticos severos e migração de mercado industrial relevante para a rede básica, ou seja, saída de energia “limpa” da base de cálculo, resultando em um crescimento do indicador de perdas em comparação a 2023. Apesar desse cenário, a empresa continua implementando medidas estratégicas para mitigar esses impactos, reforçando seu compromisso com a eficiência operacional e a qualidade do serviço prestado aos consumidores.

Ainda assim, no que tange todos os efeitos citados, a Equatorial Energia Pará permanece abaixo do limite regulatório determinado pelo órgão regulador (Aneel), patamar que foi alcançado no ano de 2023.

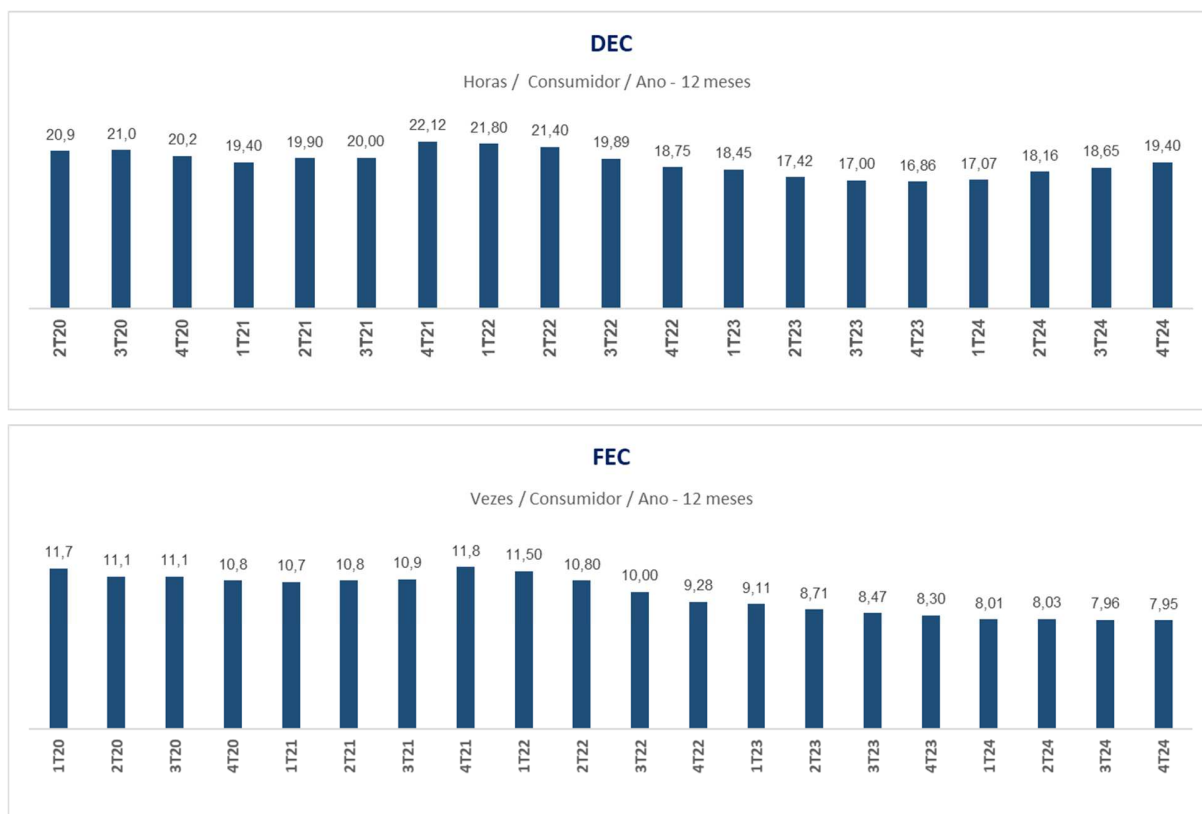
A seguir, apresentamos o resumo/resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2024:

- Regularização de 9,3 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,9 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 30,8 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 30 municípios;
- Inspeção de 271,3 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 16,0 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 7,5 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 101,6 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 0,5 mil novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

Hoje a Equatorial Pará possui 23,0 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 58% do mercado de baixa tensão

Qualidade DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 19,40 horas e 8 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.



Programa Luz Para Todos – Rural Convencional

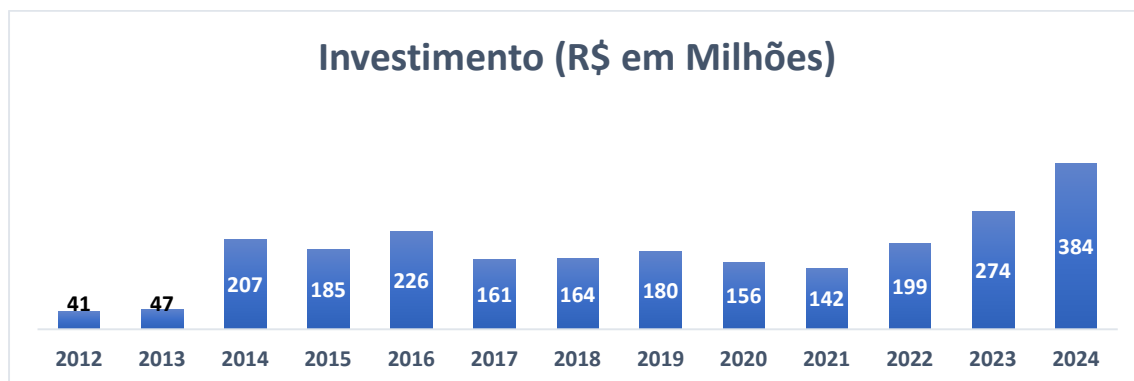
Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento socioeconômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A Equatorial Pará tem o papel de agente executor do Programa no Estado. O Pará está inserido entre os maiores programas do país, representando mais de 26% do volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil em 2024. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolveu cerca de 134 equipes de construção.

Investimentos no Programa Luz Para Todos – Rural Convencional

Ao final de 2024, a Equatorial Pará alcançou a marca histórica 494.840 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do Programa Luz para Todos, gerando um benefício direto para aproximadamente 2,47 milhões de habitantes. O Programa já está presente em 100% dos 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T24, o investimento

direto no Programa Luz para Todos, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 153 milhões e no ano de 2024 R\$ 384 milhões.

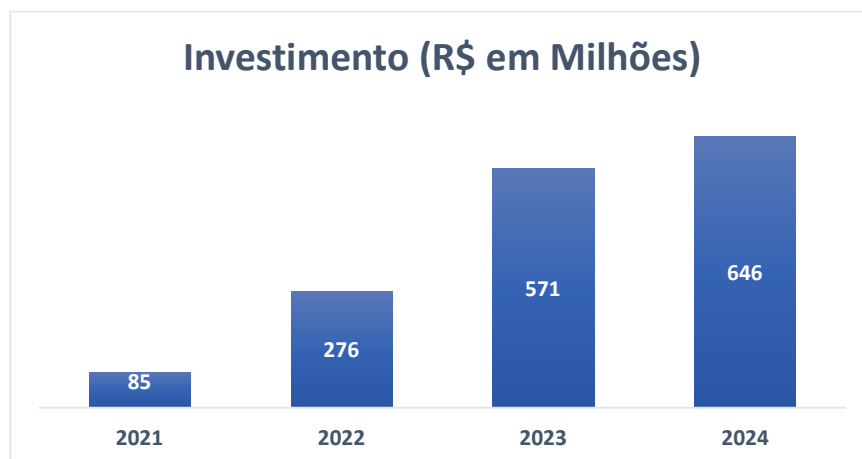


Programa Luz Para Todos – Rural Remoto

Lançado em 2020 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia” (MLA), foi criado com o objetivo de promover o acesso à energia elétrica para a população brasileira localizada nas regiões remotas dos estados da Amazônia Legal, visando o desenvolvimento social e econômico destas comunidades, em 2023 o houve relançamento do programa e renomeado como Programa Luz para Todos Rural Remoto. A Equatorial Pará tem o papel de agente executor do Programa no Estado, e para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolveram 2 empresas, totalizando 58 equipes de instalação de sistemas remotos.

Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2024, a Equatorial Pará alcançou a marca de 20.307 clientes ligados por sistemas de geração remota por meio do Programa, que está presente em 17 dos 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T24, o investimento direto no MLA, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 212 milhões e no ano R\$ 646 milhões.



Assuntos Regulatórios

Em 06 de agosto de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.371/2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”) sendo, em média, reajustadas em -3,23% (três vírgula cinquenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 07 de agosto de 2024 a 6 de agosto de 2025.

ESG - Relatório de ações sociais

O **Jornada de Segurança**, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do Instituto Equatorial, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia.

Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais:

- **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.
- **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.
- **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local.

Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua.

Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário **do CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva.

Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025.

Plataforma E+

A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Comunidade

O E+ Comunidade busca construir relações de colaboração mútua com a sociedade por meio de projetos como o Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), um dos principais programas sociais do país. Em 2024, a Equatorial Pará aumentou o número de clientes cadastrados com acesso à Tarifa Social, chegando a 17.585 novas famílias no ano.

E+ Educação

Uma das principais estratégias de atuação social em que a empresa atua, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em seu escopo foram realizadas 468 palestras, em 63 municípios, sensibilizando 10.371 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.

Desempenho Econômico-financeiro

Receita líquida

Em 2024, a Receita Líquida sem a receita de construção atingiu R\$ 8.258 bilhões, aumento de 4,4% em relação ao ano de 2023, influenciado principalmente:

- a) Reajuste anual tarifário em agosto 2024, onde as tarifas de aplicação da Equatorial Pará ficaram em média reajustadas em -3,23%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2024, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de 5,243 bilhões, crescimento de 17% na comparação com 2023.

EBITDA

O EBITDA societário da companhia é de R\$ 3,0 bilhões em 2024, apresentando uma redução de 11% em relação a 2023.

Resultado financeiro

O resultado financeiro é de R\$ 337 milhões negativos em 2024 comparado ao resultado de R\$ 331 milhões negativos em 2023, representando um aumento de 2%.

Imposto de renda e contribuição social

Na Equatorial Pará, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: (i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício de modernização total, obtido junto à SUDAM, válido até 2027; (ii) incentivo - Programa de alimentação do trabalhador (PAT); (iii) incentivo - Programa de licença maternidade; (iv) incentivo - doações Lei Rouanet (Fundo do Esporte; Doações Crianças; PRONON/PCD; PRONAS/PCD). Todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

Em 2024, a despesa apurada de IRPJ e CSLL foi de R\$ 218.053 milhões e, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos e a utilização de créditos fiscais, em 2023 a apuração foi de R\$ 327.258 milhões, 33% a maior.

Lucro líquido

A Companhia obteve um lucro líquido no exercício de 2024 de R\$ 1,9 bilhões, 11% abaixo que o lucro de R\$ 2,2 bilhões alcançado no ano de 2023.

Investimentos

Investimentos (R\$ Milhões)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
MANUTENÇÃO DA REDE	64	85	90	80	87	63	88	60	75	169	135	154
EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE	237	529	327	373	498	485	425	313	765	925	1.181	908
EQUIPAMENTOS E SISTEMAS	13	59	48	29	41	29	16	46	25	83	38	105
UNIVERSALIZAÇÃO						22	52	31	49	139	163	96
OUTROS INVESTIMENTOS	25	-8	32	19	18	18	33	21	19	116	77	34
TOTAL DE INVESTIMENTOS PRÓPRIOS	339	665	497	501	644	617	614	471	933	1.433	1.594	1.299
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS ISOLADOS	23	34	-15	78	78	37	1	42	63	84	195	397
PLPT - PROGRAMA LUZ PARA TODOS	59	220	219	231	144	156	165	168	146	319	679	909
TOTAL DE INVESTIMENTOS LÍQUIDO	421	919	701	810	866	810	780	681	1.143	1.836	2.469	2.604

Investimentos

Os investimentos da EQTL PA totalizaram R\$ 2,6 bilhões em 2024, aumento de 5% em relação a 2023. Os investimentos se concentraram na expansão e melhoria da rede, Interligação de Usinas e o Programa Luz Para Todos.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1o do artigo 27 da Resolução CVM no 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs. Márcio Caires Vasconcelos, Diretor-Presidente; Tatiana Queiroga Vasques, Diretora de Relações com Investidores; Marcos Antônio Souza de Almeida, Rubens Jose de Figueiredo Briseno, Alexandre Joaquim Santos Cardoso, Ênio Cunha Leal, André Luiz Barata Pessoa, Nierberth Costa Brito, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

João Alberto da Silva Neto

Marcos Antônio Souza de Almeida

Conselho Fiscal

Titulares

Cristiane do Amaral Mendonça

Saulo de Tarso Alves de Lara

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Maria Salete Garcia Pinheiro

Suplentes

Eduardo Ramos da Silva

Moacir Gibur

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Adilson Celestino de Lima

Comitê de Auditoria Estatutário

Jorge Roberto Manoel

João Alberto da Silva Neto

Tiago de Almeida Noel

Diretoria Executiva

Márcio Caires Vasconcelos
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Rubens Jose de Figueiredo Briseno
Diretor

Alexandre Joaquim Santos Cardoso
Diretor

Ênio Cunha Leal
Diretor

Nierberth Costa Brito
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA011842-O-3 S-PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada nos dias 21 e 26 de março de 2025, por meio de videoconferência, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê"), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores, e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., sem ressalvas, de 26 de março de 2025, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia.

Belém/PA, 21 e 26 de março de 2025.

Saulo de Tarso Alves de Lara

Paulo Roberto Franceschi

Maria Salete Garcia Pereira

Vanderlei Dominguez da Rosa

Cristiane do Amaral Mendonça